

LOJAS AMERICANAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Em milhares de Reais, exceto os valores por quantidades de ações

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia se dedica ao comércio de varejo de produtos de consumo, através de 464 lojas (30.06.2009 – 465 lojas), sendo 273 lojas no modelo tradicional e 191 lojas no modelo Americanas Express, situadas nas principais capitais e cidades do País e 3 centros de distribuição. A Companhia atua, também, (i) no comércio eletrônico, através da sua controlada B2W – Companhia Global do Varejo, que reúne os sites: www.americanas.com, www.submarino.com.br, www.blockbuster.com.br e www.shoptime.com.br (este com as opções de compras através de canal de TV e catálogo), além de oferecer serviços de comércio eletrônico terceirizado para algumas das empresas líderes na área de bens de consumo (business to business to consumer - B2B2C) (ii) na venda de ingressos para eventos, shows, e pacotes turísticos através das suas controladas indiretas Ingresso.com S.A. (www.ingresso.com.br) e Submarino Viagens e Turismo Ltda., (iii) na exploração do desenvolvimento e sub-franquia no Brasil das atividades de locação, vendas de DVDs e games, sob a marca BLOCKBUSTER® através, principalmente, das lojas modelo Americanas Express e da controlada BWU – Comércio e Entretenimento S.A. através de 4 lojas (30.06.2009 – 4 lojas) e (iv) através das suas controladas em conjunto, FAI- Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento e Facilita Promotora S.A., na oferta de operações permitidas nas disposições legais e regulamentares, às sociedades de crédito, financiamento e investimento, que incluem empréstimo pessoal, nas modalidades de cheque e cartão, seguros, bem como a emissão e administração de cartões de créditos de marca própria (“Private Label”) e cartão VISA e MASTERCARD (“Cobranded”).

2 BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - (Reapresentada)

a) Informações trimestrais

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09 (Conversão da Medida Provisória nº 449/08). Quanto à controlada em conjunto FAI – Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento e subsidiárias, estas também consideraram os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN) no processo de preparação de suas informações trimestrais.

A controlada B2W efetuou reclassificações contábeis de certas contas do Balanço Patrimonial de 30 de junho de 2009, com o objetivo de melhor comparabilidade e estão refletidas no Balanço Patrimonial de Lojas Americanas consolidado. Essas reclassificações não alteraram o capital circulante líquido.

Reapresentação das Informações Trimestrais

A Companhia utiliza *swaps* tradicionais com o propósito de anular o risco cambial de suas captações de recursos em moedas estrangeiras, transformando o custo destas dívidas para moeda e taxa de juros locais. A contraparte destes *swaps* tradicionais usualmente é a instituição financeira provedora dos empréstimos em moeda estrangeira (dólares americanos ou ienes), geralmente consoante a Resolução nº 2770 do Conselho Monetário Nacional. Estas operações de *swaps* estão perfeitamente casadas em termos de valor, prazos e taxas de juros, sendo a intenção da Companhia liquidar tais contratos sempre simultaneamente com os respectivos empréstimos objeto de *hedge*. Estas operações de *swap* e os respectivos empréstimos objeto de *hedge* qualificam-se para a aplicação da contabilidade de *hedge* (“*hedge accounting*”), conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 14 (Instrumentos Financeiros) e foram designadas desta maneira quando da aplicação inicial da Lei 11.638/07 na preparação de suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, publicadas em 18 de março de 2009, no Diário Oficial da União e no Valor Econômico de edição nacional.

Na contabilidade de *hedge*, as variações no valor justo dos derivativos utilizados como instrumentos de *hedge* são reconhecidas no resultado de acordo com o reconhecimento dos itens objetos de *hedge*. Desta

forma, os impactos contábeis das operações de hedge equivalem aos seus impactos econômicos. No entanto, uma revisão adicional dos procedimentos adotados no âmbito da nova sistemática de padrões contábeis em vigor no Brasil demonstrou que, quando da aplicação inicial da contabilidade de *hedge*, a Companhia reconheceu impactos contábeis desalinhados com a sua intenção ao contratar tais operações e que não corresponderam adequadamente aos seus respectivos impactos econômicos, à luz das análises técnicas contábeis desenvolvidas sobre a matéria, de cunho particularmente complexo. Cabe ressaltar que os impactos contábeis mencionados anteriormente se anulariam completamente ao final do prazo contratado e não representam ou representariam entradas ou desembolsos adicionais de caixa, tendo criado descasamento apenas temporário no resultado da Companhia.

De forma a refletir corretamente a essência econômica das operações contratadas à luz dos padrões contábeis de *hedge accounting*, a Companhia ajustou, após a sua publicação, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e, conseqüentemente, estas Informações Trimestrais. A prática da contabilidade de *hedge* é detalhada nas notas explicativas 2 b, 3 e 21.

Conforme descrito na tabela a seguir, os ajustes, basicamente, resultaram no aumento dos saldos de empréstimos e financiamentos nos passivos circulante e não circulante, correspondido por um aumento nas despesas financeiras nas demonstrações de resultado individuais e consolidadas. Adicionalmente, os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no ativo circulante foram ajustados para refletir os efeitos tributários sobre as correções mencionadas anteriormente, correspondidos por uma redução das despesas com imposto de renda e contribuição social nas demonstrações de resultado. Como consequência, o patrimônio líquido foi reduzido pelo montante de R\$ 55.255 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente. Convém mencionar que houve ajuste nos montantes de investimentos em controladas, resultado de equivalência patrimonial e participação dos acionistas minoritários em função de correção similar realizada na aplicação da contabilidade de hedge na controlada B2W Companhia Global do Varejo.

Os saldos das contas afetadas pela reapresentação em 30 de setembro de 2009 estão demonstrados a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Publicado</u>	<u>Ajustado</u>	<u>Publicado</u>	<u>Ajustado</u>
<u>- Em 30 de setembro de 2009:</u>				
ATIVO:				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	31.976	55.347	211.649	244.017
Investimentos	504.955	495.068		
PASSIVO:				
Empréstimos e financiamentos	1.797.491	1.866.230	2.855.796	2.950.996

PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS			113.740	106.163
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	334.361	279.106	334.361	279.106
RESULTADO:				
Resultado de equivalência patrimonial	13.067	12.054		
Despesas financeiras	(269.594)	(310.777)	(596.718)	(640.612)
Imposto de renda e contribuição social	(24.562)	(10.560)	(37.509)	(22.585)
Participação dos acionistas minoritários			(14.540)	(13.764)
Lucro líquido do exercício	43.284	15.090	43.284	15.090
Lucro ação (R\$)	0,05962	0,02079	0,05962	0,02079
<u>- Em 30 de setembro de 2008:</u>				
RESULTADO:				
Resultado de equivalência patrimonial	14.830	13.816		
Despesas financeiras	(295.240)	(297.593)	(532.587)	(537.656)
Imposto de renda e contribuição social	(3.302)	(2.502)	(29.092)	(27.369)
Participação dos acionistas minoritários			(25.011)	(24.232)
Lucro líquido do exercício	4.263	1.696	4.263	1.696
Lucro ação (R\$)	0,00585	0,00233	0,00585	0,00233

Adicionalmente, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como a Nota 2 b (alterações introduzidas na Lei 6.404/76 através da Lei 11.638/07 e Medida Provisória 449/08, atual Lei 11.941/09), a Nota 8 (Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos), a Nota 9 (Investimentos), a Nota 13 (Empréstimos e Financiamentos) e a Nota 21 (Instrumentos Financeiros) estão sendo rerepresentadas para demonstrar os saldos contábeis ajustados após as correções mencionadas no parágrafo e tabela anterior.

No período abrangido pelas demonstrações financeiras rerepresentadas, Companhia não possui contratos a termo, opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e os chamados “derivativos exóticos”. A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação.

b) Alterações introduzidas na Lei 6.404/76 através da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09 (Conversão da MP 449/08)

Em 2008, entrou em vigor a Lei nº 11.638/07, bem como a Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei 11.941/09 que alteraram, revogaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil. A Companhia optou pela data de 31 de dezembro de 2007 para a transição, conforme facultado pelo Pronunciamento CPC 13 – Adoção inicial da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09. Essa nova legislação tem, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IFRS), e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Como parte deste processo de harmonização, a Companhia e suas controladas adotaram como base para a apresentação e elaboração das suas informações trimestrais do período findo em 30 de setembro de 2009 e de suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (pela primeira vez), os pronunciamentos contábeis, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Conselho Federal de Contabilidade, e as alterações da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09. A seguir destacamos os principais pronunciamentos que impactaram as demonstrações financeiras e as notas explicativas da Companhia e de suas controladas:

- Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras, aprovada pela Deliberação CVM nº 539, de 14 de março de 2008;
- CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 527, de 1º de novembro de 2007;
- CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras; aprovado pela Deliberação CVM nº 534, de 29 de janeiro de 2008;

- CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008;
- CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008;
- CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 08 – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, aprovado pela Deliberação CVM nº 556, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 10 – Pagamento baseado em ações, aprovado pela Deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008;
- CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, aprovado pela Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008;
- CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008;
- CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, aprovado pela Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008.

Em decorrência dessas alterações, as informações trimestrais referentes ao período findo em 30 de setembro de 2008, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na Deliberação CVM 506/NPC 12 – Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, conforme demonstrado a seguir:

Demonstração do Resultado

	Controladora		
	Período findo em 30 de setembro de 2008		
	Saldos originais	Ajustes Lei 11.638/07	Saldos ajustados
Receita bruta (i)	3.302.588	(42.375)	3.260.213
Impostos, devoluções e descontos sobre vendas e serviços (i)	(634.322)	8.051	(626.271)
Receita líquida	2.668.266	(34.324)	2.633.942
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados (i)	(1.909.619)	52.849	(1.856.770)
Lucro bruto	758.647	18.525	777.172
Receita (despesas) operacionais:			
Com vendas, gerais e administrativas	(494.604)		(494.604)
Honorários dos administradores (ii)	(3.596)	(970)	(4.566)

Depreciação e amortização (iii)	(93.922)	6.436	(87.486)
Resultado de Equivalência Patrimonial:			
Participação em controladas e controlada em conjunto (Brasil)	15.781	(1.965)	13.816
Participação em controladas nos exterior (v)	(13.704)	13.704	
Outras receitas (despesas) operacionais (iii)(vii)	383	(8.064)	(7.681)
Resultado não operacional (vii)	5.315	(5.315)	
Lucro operacional antes do resultado financeiro	174.300	22.351	196.651
Receitas financeiras (i)	63.035	42.105	105.140
Despesas financeiras (i) (iv) (v)	(228.217)	(69.376)	(297.593)
Lucro operacional	9.118	(4.920)	4.198
Imposto de renda e contribuição social (vi)	(3.177)	675	(2.502)
Lucro líquido do período	5.941	(4.245)	1.696

Demonstração do Resultado

Consolidado			
Período findo em 30 de setembro de 2008			
	Saldos originais	Ajustes Lei 11.638/07	Saldos ajustados
Receita bruta (i)	6.584.062	(179.638)	6.404.424
Impostos, devoluções e descontos sobre vendas e serviços (i)	(1.604.494)	50.191	(1.554.303)
Receita líquida	4.979.568	(129.447)	4.850.121
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados (i)	(3.437.277)	96.228	(3.341.049)
Lucro bruto	1.542.291	(33.219)	1.509.072
Receita (despesas) operacionais:			
Com vendas, gerais e administrativas	(968.912)		(968.912)
Honorários dos administradores (ii)	(5.939)	(2.265)	(8.204)
Depreciação e amortização (iii)	(169.078)	6.436	(162.642)
Outras receitas (despesas) operacionais (iii)(vii)	1.497	(28.665)	(27.168)
Resultado não operacional (vii)	(10.537)	10.537	

Lucro operacional antes do resultado financeiro	389.322	(47.176)	342.146
Receitas financeiras (i)	109.813	139.095	248.908
Despesas financeiras (i) (iv)	(437.524)	(100.132)	(537.656)
Lucro operacional	61.611	(8.213)	53.398
Imposto de renda e contribuição social (vi)	(29.831)	2.462	(27.369)
Participações de empregados e diretores	(101)		(101)
Participações minoritárias	(25.738)	1.506	(24.232)
Lucro líquido do período	5.941	(4.245)	1.696

As reclassificações e ajustes apresentados acima são o resultado da adoção das seguintes práticas contábeis:

(i) Ajuste a valor presente

Determinadas operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo foram ajustadas a valor presente considerando os prazos das referidas transações.

(ii) Remuneração baseada em ações

Os benefícios aos participantes dos programas de remuneração baseada em ações foram registradas no resultado operacional na rubrica Honorários da administração.

(iii) Baixa parcial do ativo diferido

A companhia baixou o valor de custo e estornou a amortização dos ativos diferidos não relacionados com reestruturação e pré-operação classificando-os nas rubricas Outras despesas (receitas) operacionais e despesas de depreciação, respectivamente.

(iv) Hedge accounting

Os instrumentos financeiros derivativos (swaps tradicionais) e respectivas dívidas (itens objeto de hedge) foram ajustados ao valor justo (hedge accounting), bem como divulgadas todas as informações requeridas relativas aos seus instrumentos financeiros, incluindo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

(v) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras

Os resultados das operações realizadas pelas controladas no exterior foram incorporados na Controladora, por se tratarem de extensão de suas atividades no Brasil, em consonância com o CPC 02, e reclassificadas da rubrica participação em controladas no exterior para despesa financeira.

(vi) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos foi ajustado para refletir as diferenças temporárias decorrentes da contabilização dos efeitos da Lei 11.638/07.

(vii) Resultado não operacional

Conforme Lei 11.638/07 o resultado não operacional deixou de existir tendo seu saldo reclassificado para a linha de outras receitas/despesas operacionais.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Estimativas contábeis

Na elaboração das informações trimestrais é necessário utilizar estimativas e julgamentos para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Sendo assim, nas informações trimestrais são incluídas várias estimativas referentes às vidas úteis do ativo imobilizado, o retorno dos benefícios a serem auferidos com os ativos diferidos e intangíveis, as provisões para perdas em contas a receber de clientes e estoques, as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos, à expectativa de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, às provisões necessárias para passivos contingentes, a mensuração do valor do benefício concedido através dos Planos de Subscrição de Ações (Controladora) e opção de compra de ações (controlada-B2W), do valor justo dos instrumentos financeiros, à determinação de provisão para imposto de renda e outras similares as quais, apesar de refletirem a melhor estimativa e julgamento possível por parte da Administração da Companhia e controladas, podem apresentar variações em relação aos dados e valores efetivos, quando realizados.

(b) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se o seguinte:

- As receitas de vendas de mercadorias e serviços são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos riscos a terceiros pelos seus valores brutos e deduzidas de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas. Os pedidos de venda da controlada B2W – Companhia Global do Varejo aprovados pelas administradoras de cartões de crédito, cujos produtos ainda não foram faturados, nem entregues aos clientes, e as vendas de vales-presentes que se encontram em poder dos clientes e que serão utilizados futuramente são registrados como adiantamento de clientes (passivo circulante);
- O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados incluem o custo de aquisição de mercadorias e custos com serviços, deduzido das bonificações em produtos recebidas dos fornecedores;
- As despesas com publicidade são reconhecidas no resultado quando da sua efetiva veiculação deduzido da participação dos fornecedores;
- As despesas com fretes, na controlada B2W, relacionadas à entrega de mercadorias ao consumidor são classificadas como despesas com vendas. Despesas com frete relacionadas ao transporte de mercadorias entre os Centros de Distribuição e as Lojas físicas, são incorporadas ao custo.

(c) Moeda estrangeira

Em função da definição da moeda funcional como Real, os ativos e passivos indexados em moeda estrangeira foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento dos balanços e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas nos resultados dos períodos na rubrica de variação cambial, classificada no resultado financeiro.

(d) Instrumentos Financeiros

Classificação e mensuração:

(i) Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas (exceto as controladas em conjunto Vitória Participações S.A., FAI – Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento e Facilita Promotora S.A.) são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados ao valor justo através do Patrimônio Líquido (Ajuste de Avaliação Patrimonial); e (b) passivos financeiros mantidos até o vencimento (exceto instrumentos sobre “hedge accounting”). A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. A Administração da Companhia e de suas controladas classificam seus ativos e passivos financeiros no momento inicial da contratação.

Os instrumentos financeiros ativos das controladas em conjunto Vitória Participações S.A., FAI – Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento e Facilita Promotora S.A. incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas foram mensurados e classificados de acordo com os normativos do BACEN e CMN.

(a) Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo através do Patrimônio Líquido

Nessa categoria estão incluídas as aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários) da Companhia e de suas controladas (as quais são classificadas como disponíveis para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos e respectivas dívidas objeto de proteção (“hedge”), quando atendida as condições de “hedge accounting”). Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas dívidas objeto de proteção são registrados diretamente no grupo Resultado Financeiro e, no caso das aplicações financeiras categorizadas como disponíveis para venda, na rubrica “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, classificada no Patrimônio Líquido, até a sua efetiva realização, quando a variação é refletida no resultado e o efeito registrado no Patrimônio Líquido revertido.

(b) Passivos financeiros mantidos até o vencimento

No caso da Companhia e de suas controladas, compreendem basicamente determinados empréstimos e financiamentos bancários (não “protegidos” por instrumentos financeiros) e debêntures. São mensurados ao custo amortizado considerando o método da taxa efetiva de juros, sendo registrados ao resultado dos trimestres de acordo com o regime de competência.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor de custo de aquisição na data em que são contratados e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo de mercado, com as variações registradas contra o resultado do trimestre (resultado financeiro). Tendo em vista que a Companhia e suas controladas fazem uso de derivativos com o objetivo de proteção (“hedge”), está sendo adotada a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção (“hedge accounting”).

(e) Contas a receber

As contas a receber de clientes estão apresentadas líquidas do ajuste a valor presente, calculado sobre a parcela das vendas com cartões de crédito, dos valores descontados junto às Administradoras de cartões e da provisão para crédito de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos considerando o histórico de perdas monitorado pela Administração.

(f) Ativos circulante e realizável a longo prazo (não circulante)

Os estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição, ajustados pelo efeito do ajuste a valor presente de fornecedores (compras a prazo), que não excede o seu valor de mercado ou o custo de reposição. Quando aplicável, a provisão para perdas nos estoques é constituída com base em estimativas considerando dados históricos da Administração.

As demais contas estão demonstradas ao valor de realização, que inclui, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidos até a data dos balanços.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social, diferenças temporárias e os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09 foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM n.º 371 de 27 de junho de 2002, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

(g) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, tendo como data base 30 de setembro de 2009 e 2008 e 30 de junho de 2009. As práticas contábeis utilizadas pelas controladas são uniformes em relação às utilizadas pela controladora (Companhia), exceto pelas práticas contábeis utilizadas pelas controladas em conjunto Vitória Participações S.A., FAI – Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento e Facilita Promotora S.A. que seguem os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do CMN.

Por força do CPC 02 – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras, as controladas no exterior (Louise Holdings Ltd. e Klanil Services Ltd.) que por se tratarem de “extensão” das atividades da Controladora no Brasil, tiveram suas operações realizadas no período, e os saldos das contas patrimoniais, incorporados aos registros contábeis da Controladora.

(h) Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa 10 que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A amortização das benfeitorias em imóveis alugados é calculada com base nos respectivos prazos dos contratos de locação.

Conforme dispensa prevista no parágrafo 54 do Pronunciamento CPC 13 – Adoção inicial da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, a Companhia e suas controladas efetuarão, até 31 de dezembro de 2009, a primeira análise periódica do prazo de vida útil econômica dos bens corpóreos com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2009. Eventuais mudanças na estimativa da vida útil econômica dos ativos, decorrentes dessa avaliação, se relevantes, serão tratadas como mudança de estimativas contábeis a serem reconhecidas de forma prospectiva.

(i) Intangível

A Companhia e suas controladas avaliaram, para *impairment*, os ágios apurados quando das aquisições dos investimentos em empresas controladas utilizando como base informações de cotação de valor de mercado (controlada B2W – empresa de capital aberto) e projeções e expectativas de rentabilidade futura nas empresas controladas de capital fechado, tais como BWU e outras. Não foi identificada a necessidade de ajustes para perda por redução do valor de recuperação.

O ágio apurado pela Companhia na aquisição da B2W, foi amortizado durante o exercício de 2008 à taxa de 10% a.a. e, a partir de 2009, está somente sujeito a avaliação *impairment*, conforme preconizado pela CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos. O ágio apurado pela Companhia na aquisição da BWU está, também, sujeito à avaliação anual de *impairment*.

Os gastos relacionados com o desenvolvimento de *web sites* (principal canal de vendas da controlada B2W – Companhia Global do Varejo), tais como desenvolvimento de aplicativos operacionais e infraestrutura tecnológica (compra e desenvolvimento interno de softwares e instalação de aplicativos nos *sites*), bem como desenvolvimento gráfico são registrados no intangível, conforme previsto no pronunciamento CPC 04, sendo amortizados de forma linear considerando o prazo estipulado de sua utilização e benefícios a serem auferidos (Nota Explicativa 11).

Outros ativos intangíveis, tais como licenças de uso, direito de uso de software e fundos de comércio, são registrados ao seu custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos intangíveis limitada ao prazo de 20 anos.

Conforme dispensa prevista no parágrafo 54 do Pronunciamento CPC 13 – Adoção inicial da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, a Companhia e suas controladas efetuarão, até 31 de dezembro de 2009, a primeira análise periódica do prazo de vida útil econômica dos bens incorpóreos com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2009. Eventuais mudanças na estimativa da vida útil econômica dos ativos, decorrentes dessa avaliação, se relevantes, serão tratadas como mudança de estimativas contábeis a serem reconhecidas de forma prospectiva.

(j) Diferido

Em conexão com a Lei 11.941/09, a Companhia optou em manter até sua realização, no grupo Diferido, os saldos relacionados com despesas pré-operacionais que apresentam evidência de recuperabilidade, para amortização durante o prazo dos benefícios auferidos.

(k) Passivos circulante e exigível a longo prazo (não circulante)

As provisões são reconhecidas nos balanços quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal, como resultado de um evento passado e quando um recurso econômico seja provável de ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para imposto de renda e contribuição social foram calculadas considerando a opção pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei 11.941/09 com base nas alíquotas de (i) 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e (ii) 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e incluem, quando aplicável, os lucros auferidos no exterior pelas controladas Klanil Services Ltd. e Louise Holdings Ltd. (extensões) e, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% da base tributável. No caso da Controlada em Conjunto FAI, a alíquota de contribuição social sobre o lucro tributável é de 15% conforme Lei nº 11.727/08.

As demais contas estão demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data dos balanços.

(l) Recuperabilidade de ativos

A Companhia analisou o valor contábil líquido dos ativos imobilizado, intangível e diferido com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requereriam ajustes para perda por redução de seu valor de recuperação.

(m) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

As operações de compras e vendas a prazo, prefixadas, e demais ativos e passivos, quando aplicáveis e relevantes, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. Para as contas a receber de clientes, utilizou-se a taxa média de 12,51% a.a. (13,08% a.a. em 30 de setembro de 2008) sendo a mínima de 9,89% a.a. (11,76% a.a. em 30 de setembro de 2008) e máxima de 17,79% a.a. (19,03% a.a. em 30 de setembro de 2008) dos descontos dos recebíveis, e, para fornecedores a taxa média de 12,51% a.a. (11,34% a.a. em 30 de setembro de 2008) sendo a mínima de 9,89% a.a. (11,07% a.a. em 30 de setembro de 2008) a.a. e máxima de 17,79% a.a. (13,33% a.a. em 30 de setembro de 2008) das captações para o período findo em 30 de setembro de 2009.

A constituição do ajuste a valor presente de compras é registrada nas rubricas “Fornecedores” e “Estoques” (nota explicativa 6) e sua reversão tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras”, pela fruição do prazo, no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados na rubrica “Custo das mercadorias vendidas”, respectivamente. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica “Contas a receber de clientes” (nota explicativa 5) e sua realização é registrada na rubrica “Receitas financeiras”, pela fruição do prazo.

(n) Lucro líquido por ação

Calculado com base no número de ações em circulação nas datas dos balanços, que compreende o número de ações do capital social integralizado, excluída as ações em tesouraria.

(o) Programas de subscrição e opção de compra de ações

O valor justo dos respectivos instrumentos financeiros é calculado na data da outorga dos programas de subscrições (Companhia) e opções de compra de ações (controlada B2W), com base em modelos de precificação usualmente adotados pelo mercado. Estes modelos são calculados utilizando-se premissas tais como valor de mercado da ação, preço de exercício da opção, volatilidade do preço das ações da Companhia e da Controlada, taxa de juros livre de risco, prazo de vigência do contrato (“*vesting period*”) e expectativa de desistência/ cancelamento. Os custos de remuneração atrelados a estes programas são registrados pelo método linear durante o período de prestação de serviços pelo seu beneficiário.

(p) Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

(q) Critérios de consolidação

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e de acordo com a Instrução da CVM n.º 247/96, e abrangem as informações trimestrais da controladora Lojas Americanas S.A., das empresas controladas e controladas em conjunto (estas consolidadas proporcionalmente), indicadas na nota explicativa 9.

As práticas contábeis foram consistentemente aplicadas em todas as empresas consolidadas de acordo com as práticas contábeis descritas nesta nota explicativa 3, exceto no caso da Controlada em Conjunto FAI e Facilita Promotora S.A., conforme citado na Nota 3 (d) e (g).

No processo de consolidação foram feitas as seguintes eliminações:

- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- eliminação das participações no capital, reservas de capital e lucros das empresas controladas;
- eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de transações entre as empresas consolidadas;
- destaque do valor da participação de acionistas não controladores (minoritários) nas demonstrações financeiras consolidadas, quando aplicável.

Conforme previsto na Instrução – CVM nº 247/96, da Comissão de Valores Mobiliários, as consolidações da Vitória Participações S.A. e controladas e da Pandora Participações S.A., (esta última incorporada na FAI em 31 de julho de 2008), foram efetuadas de forma proporcional à participação da controladora no capital dessas empresas (50%), por se tratar de empresas cujo controle é compartilhado, conforme definido em acordo de acionistas daquelas controladas em conjunto.

Os principais grupos de contas das demonstrações financeiras, em 30 de setembro de 2009 e 2008 e 30 de junho de 2009, já considerado o percentual de participação (direto e indireto), são:

Vitória Participações S.A.

Balancos Patrimoniais em:

<u>ATIVO</u>	<u>30.09.2009</u>	<u>30.06.2009</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>30.09.2009</u>	<u>30.06.2009</u>
Circulante			Circulante		
Disponibilidades	4	6	Obrigações fiscais e previdenciárias	4	4
Outros créditos	17	17	Diversas		1
	<u>21</u>	<u>23</u>		<u>4</u>	<u>5</u>
Não circulante			Patrimônio líquido		
Realizável a longo prazo			Capital social	33.850	33.850
Aplicações no mercado aberto	<u>986</u>	<u>974</u>	Prejuízos acumulados	(24.778)	(21.535)
Permanente	<u>8.069</u>	<u>11.323</u>		<u>9.072</u>	<u>12.315</u>
Total do Ativo	<u><u>9.076</u></u>	<u><u>12.320</u></u>	Total do Passivo	<u><u>9.076</u></u>	<u><u>12.320</u></u>
Demonstrações dos Resultados dos períodos findos em:	<u>30.09.2009</u>	<u>30.09.2008</u>			
Receitas financeiras	73	79			
Equivalência patrimonial	(9.498)	(22.988)			
Outros					
Imposto de renda e contribuição social	(42)	(25)			
Prejuízo do período	<u><u>(9.467)</u></u>	<u><u>(22.934)</u></u>			

FAI – Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

Balancos Patrimoniais em:

<u>ATIVO</u>	<u>30.09.2009</u>	<u>30.06.2009</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>30.09.2009</u>	<u>30.06.2009</u>
Circulante			Circulante		
Disponibilidades	2.125	2.354	Depósitos interfinanceiros	183.050	290.455
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.152	70.121	Operações com cartão de crédito	149.610	75.521
Operações de crédito	286.216	263.714	Outros	9.650	8.005
Outros	12	18			
	<u>293.505</u>	<u>336.207</u>		<u>342.310</u>	<u>373.981</u>
Não circulante			Exigível a longo prazo		
Realizável a longo prazo			Obrigações fiscais previdenciárias e outras	<u>17.214</u>	<u>15.311</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	48.734	43.569			
Outros	646	732	Patrimônio líquido		
	<u>49.380</u>	<u>44.301</u>	Capital social	109.974	109.974
			Prejuízos acumulados	(90.079)	(82.054)

Permanente	<u>36.534</u>	<u>36.704</u>		<u>19.895</u>	<u>27.920</u>
Total do Ativo	<u>379.419</u>	<u>417.212</u>	Total do Passivo	<u>379.419</u>	<u>417.212</u>

Demonstrações dos Resultados dos períodos findos em:

	<u>30.09.2009</u>	<u>30.09.2008</u>
Receitas da intermediação financeira	89.906	63.850
Despesas da intermediação financeira	(85.830)	(58.311)
Resultado bruto da intermediação financeira	4.076	5.539
Despesas operacionais	(39.658)	(50.011)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(35.582)	(44.472)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.162	15.297
Prejuízo do período	(23.420)	(29.175)

As informações trimestrais das controladas em conjunto acima apresentadas, Vitória Participações S.A. e FAI – Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, foram examinadas por outros auditores independentes, sobre as quais emitiram relatório sem ressalva datado 30 de outubro de 2009.

4 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.2009</u>	<u>30.06.2009</u>	<u>30.09.2009</u>	<u>30.06.2009</u>
Certificados de Depósito Bancário – CDB's	177.543	259.576	399.715	465.279
Títulos e Fundos de Renda Fixa	454.366	202.664	476.118	294.779
Fundo Exclusivo	38.402	37.489	38.402	37.489
Debêntures	<u>39.189</u>	<u>38.288</u>	<u>456.804</u>	<u>533.485</u>
	709.500	538.017	1.371.039	1.331.032
Parcela do não circulante			(5.243)	(4.679)
Parcela do circulante	<u>709.500</u>	<u>538.017</u>	<u>1.365.796</u>	<u>1.326.353</u>

Os Certificados de Depósito Bancário são remunerados a uma taxa de até 108,6% do CDI.

Títulos e Fundos de Renda Fixa referem-se, na Controladora, ao Fundo de Renda Fixa aberto composto de 423.113.408,07 cotas (186.492.298,50 cotas em 30 de junho de 2009) de fundo de investimento financeiro administrado por instituição financeira de primeira linha, que aplica basicamente em títulos públicos federais, debêntures e certificados de depósito bancário.

Fundo Exclusivo refere-se a 288.608,02 cotas (288.608,02 cotas em 30 de junho de 2009) de fundo de investimento financeiro administrado por instituição financeira de primeira linha, que aplica basicamente em títulos públicos federais, debêntures e certificados de depósito bancário. Esse fundo não possuía obrigações

significativas com terceiros, estando limitadas às taxas de administração dos ativos e outros serviços inerentes às operações dele.

Debêntures, emitidas por instituição financeira de primeira linha, estão registradas ao seu valor justo, remuneradas a taxa de até 108,6% do CDI, controladora e consolidado.

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2009	30.06.2009	30.09.2009	30.06.2009
Cartões de crédito	364.785	410.264	1.764.924	1.721.929
Descontos de recebíveis	(256.438)	(304.673)	(1.272.218)	(1.234.360)
	108.347	105.591	492.706	487.569
Cartão de crédito – FAI	189.571	179.602	131.438	
Descontos de recebíveis – FAI	(71.675)	(173.049)	(71.675)	
Débitos eletrônicos e cheques	1.318	1.332	1.318	1.332
Financiamentos a clientes - FAI			327.163	297.474
Outras contas a receber	5.606	5.376	221.507	232.835
	233.167	118.852	1.102.457	1.019.210
Ajuste a valor presente	(11.395)	(14.008)	(45.586)	(69.796)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.657)	(3.427)	(79.553)	(71.375)
	218.115	101.417	977.318	878.039

As operações com cartões de crédito podem ser parceladas em até dez meses. O risco de crédito da Companhia e de suas controladas é minimizado à medida que a carteira de recebíveis é monitorada pelas empresas administradoras de cartão de crédito, exceto quanto às contas a receber de cartões de crédito administrado pela FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, controlada em conjunto. A Companhia efetua a operação de desconto de recebíveis de cartões de crédito junto aos bancos ou junto às próprias administradoras de cartões de crédito, com o objetivo de obtenção de capital de giro. Nessa operação, a Companhia entrega os recebíveis como garantia das captações de recursos, sendo o risco dos recebíveis da Companhia e das controladas.

Os Financiamentos a clientes - FAI refletem a comercialização de produtos e serviços oferecidos pela controlada em conjunto FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento.

Outras contas a receber representam, principalmente, vendas efetuadas por meio de operações corporativas, pela controlada B2W, projetos de fidelidade e acordos comerciais.

O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa, exceto na FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, consideram a média das perdas efetivas dos últimos doze meses, combinada com a análise da Administração sobre prováveis perdas dos créditos a vencer e vencidas. No saldo de R\$ 79.553 registrado em 30 de setembro de 2009 no consolidado (R\$ 71.375, em 30 de junho de 2009), R\$ 61.912 refere-se a provisões constituídas pela controlada em conjunto FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (R\$ 56.759, em 30 de junho de 2009). Na FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, o valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas de acordo com a faculdade prevista no artigo 5º da Resolução nº 2.682 de 21/12/1999 do Conselho Monetário Nacional - CMN, alterado pelo artigo 2º da Resolução nº 2.697 de 24/02/2000 do CMN, que considera a classificação da operação por atraso, mínima ao risco nível A. As baixas das operações de crédito ("write-offs") são efetuadas após 360 dias do vencimento do crédito ou após 540 dias, para operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

6 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2009	30.06.2009	30.09.2009	30.06.2009
Mercadorias				
- Nas lojas	660.041	572.913	660.259	573.151
- Nos centros de distribuição	141.996	119.819	577.258	509.761
Ajuste a valor presente	(19.119)	(17.826)	(31.229)	(29.163)
Suprimentos e embalagens	4.574	3.662	16.611	12.457
	787.492	678.568	1.222.899	1.066.206

7 IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2009	30.06.2009	30.09.2009	30.06.2009
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	89.820	74.794	93.958	79.153
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	28.879	43.205	60.269	73.115
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS			2.190	5.515
Imposto de Renda Pessoa Jurídica –IRPJ			1.467	3.532
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL			14.125	388
Outros	8	102	4.806	4.468
	118.707	118.101	176.815	166.171

No Ativo não circulante em 30 de setembro de 2009 e 30 de junho de 2009, encontram-se registrados impostos a recuperar cuja natureza são créditos de ICMS sobre aquisições de imobilizado.

8 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - (Reapresentada)

(a) Apresentação

De acordo com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, a Companhia e suas controladas, fundamentadas em estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelo Conselho de Administração, realizados anualmente, que demonstram a capacidade de geração de lucros tributáveis futuros, mantêm o crédito fiscal de imposto de renda e contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09.

(b) Composição do crédito fiscal

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.2009</u>	<u>30.06.2009</u>	<u>30.09.2009</u>	<u>30.06.2009</u>
Imposto de renda diferido:				
- Prejuízos fiscais			71.133	73.144
Diferenças temporárias	<u>39.449</u>	<u>38.245</u>	<u>112.547</u>	<u>102.893</u>
	<u>39.449</u>	<u>38.245</u>	<u>183.680</u>	<u>176.037</u>
Contribuição social diferida:				
- Bases negativas			13.457	32.532
Diferenças temporárias	<u>15.898</u>	<u>14.342</u>	<u>46.880</u>	<u>39.999</u>
	<u>15.898</u>	<u>14.342</u>	<u>60.337</u>	<u>72.531</u>
	<u>55.347</u>	<u>52.587</u>	<u>244.017</u>	<u>248.568</u>
Parcela do não circulante	<u>(6.197)</u>	<u>(6.197)</u>	<u>(68.402)</u>	<u>(77.497)</u>
Parcela do circulante	<u>49.150</u>	<u>46.390</u>	<u>175.615</u>	<u>171.071</u>

Os efeitos fiscais resultantes da aplicação da Lei 11.638/07 são classificados no Passivo Circulante quando resultarem em débito fiscal diferido.

(c) Expectativa de realização

Demonstramos abaixo a estimativa de realização do ativo fiscal diferido, com base nos lucros tributáveis futuros e na realização das diferenças temporárias, apurados em cada exercício fiscal:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2009	50.551	138.709
2010	2.238	33.826
2011	959	17.061
2012	1.599	17.088
2013		16.382
2014		20.951
	<u>55.347</u>	<u>244.017</u>

(d) Conciliação entre alíquotas nominais e efetivas.

A conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social à alíquota nominal e os montantes efetivos em resultados é demonstrada abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.2009</u>	<u>30.09.2008</u>	<u>30.09.2009</u>	<u>30.09.2008</u>
Lucro do período antes do imposto de renda, contribuição social e das participações	25.650	4.198	51.459	53.398
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
	(8.721)	(1.427)	(17.496)	(18.156)
Efeito das (adições) ou exclusões ao lucro contábil:				
- Participação em controladas e controladas em conjunto				
. No resultado	4.099	4.697		
- Prejuízo de controladas no exterior “(Extensão)”	(5.031)	(4.659)	(5.031)	(4.659)
- Outras exclusões (adições), líquidas	(907)	(1.113)	(58)	(4.554)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	(10.560)	(2.502)	(22.585)	(27.369)

	Controladora	
	30.09.2009	30.06.2009
Participação em controladas	474.169	463.307
Participação em controladas em conjunto	<u>20.899</u>	<u>28.912</u>
	<u>495.068</u>	<u>492.219</u>

(a) Controladas

BWU Comércio Entretenimento S.A.

Em 24 de janeiro de 2007, foi celebrado, pela Lojas Americanas S.A., contrato com o Unibanco Empreendimentos e Participações S.A., para a aquisição de 99,99% das ações representativas do capital social da BWU Comércio e Entretenimento S.A.. Adicionalmente, também em 24 de janeiro de 2007, foi firmado com a Blockbuster Internacional, Ind. contrato de licença de uso da marca BLOCKBUSTER®, pelo prazo de 20 anos, pelo valor ajustado de R\$ 9.732, liquidados em 23 de maio de 2007 e registrados no Intangível conforme demonstrado na nota explicativa 11.

Como consequência da aquisição de BWU Comércio e Entretenimento S.A., 127 novas lojas (32 mil m²) foram agregadas à rede de Lojas Americanas, equivalentes a um crescimento de 54% em número de lojas (8,6 % em m²), na data da aquisição. As lojas adquiridas estão localizadas em áreas de alto fluxo, com acesso às classes A e B e têm *layout* e tamanho compatíveis com o modelo das Lojas Americanas Express. Em 30 de setembro de 2009, apenas 4 lojas permaneciam no formato BLOCKBUSTER® cujas operações são refletidas contabilmente na Controladora, mantendo as atividades de locação e venda de DVD's e games.

O ágio apurado na aquisição da BWU no montante de R\$ 173.161 está registrado no ativo intangível e sujeito ao teste de *impairment* pelo menos anualmente.

B2W – Companhia Global do Varejo

A B2W – Companhia Global do Varejo - constituída em dezembro de 2006, pelo resultado da fusão da Americanas.com S.A. – Comércio Eletrônico, com a Submarino S.A., dentro das regras estabelecidas pelo Novo Mercado da Bovespa, o mais alto nível de governança corporativa. Estas regras incluem uma base acionária composta exclusivamente por ações ordinárias e a eleição de membros independentes para o Conselho de Administração. A B2W conta com um Conselho de Administração formado por nove membros, sendo cinco indicados pelo acionista controlador, Lojas Americanas S.A., e quatro membros independentes.

Até 30 de setembro de 2009, Lojas Americanas S.A. adquiriu no mercado 2.040.000 ações ordinárias da controlada B2W – Companhia Global do Varejo - a um custo médio ponderado de aquisição de R\$ 59,15 . Os custos mínimos e máximos de aquisição foram de R\$ 41,60 e R\$ 87,74 respectivamente. A diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial das ações foi registrada como ágio, classificado no Ativo Intangível, sendo sua amortização calculada até 31 de dezembro de 2008 usando o prazo de recuperação de até 10 anos. A partir de 2009, o ágio estará sujeito somente a avaliação anual de *impairment*.

Em 30 de setembro de 2009, a controlada B2W mantinha 3.341.023 ações ordinárias em tesouraria, a um custo médio ponderado de aquisição de R\$ 66,66 (R\$ 66,66 em 30 de junho de 2009), no valor total de R\$ 222.701. Os custos mínimos e máximos de aquisição foram R\$ 46,39 e R\$ 74,20 respectivamente. A variação entre o valor patrimonial e o custo de aquisição decorrente da compra das ações da B2W pela própria B2W foi registrada na Lojas Americanas S.A. como ágio, classificado no Ativo Intangível, sendo sua amortização calculada até 31 de dezembro de 2008 usando o prazo de amortização de até 10 anos. A partir de 2009, o ágio estará sujeito somente a avaliação anual de *impairment*.

Demonstrativo do ágio total apurado:

Ágio apurado na fusão :	110.465
Ágio decorrente de aquisições de ações no mercado de capitais:	129.594
Ágio decorrente da aquisição, pela controlada B2W, de ações de sua própria emissão:	<u>116.981</u>
Ágio total apurado até 30 de setembro de 2009	<u>357.040</u>

FAI – Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (Americanas Taií)

Controlada em conjunto, constituída como resultado do contrato de associação firmado entre Lojas Americanas S.A. e o Banco Itaú Holding Financeira S.A., com o objetivo de explorar a oferta de produtos financeiros que incluem empréstimo pessoal, nas modalidades de cheque e cartão, seguros, cartão de crédito de marca própria (“Private Label”) e cartão VISA e MASTERCARD (“Cobranded”).

Pandora Participações S.A.

Constituída em dezembro de 2006, em complemento ao contrato de associação firmado entre Lojas Americanas S.A. e o Banco Itaú Holding Financeira S.A., com o objetivo de comercializar produtos financeiros e correlatos, com exclusividade para os clientes das Lojas Shoptime, por prazo indeterminado.

Em 31 de julho de 2008, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária da Pandora Participações S.A., a sua incorporação pela FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito Financiamento e Investimento. Por conta desta incorporação, o Patrimônio Líquido da FAI – Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito Financiamento e Investimento foi aumentado em R\$ 75.967, valor correspondente ao acervo líquido contábil da Pandora Participações S.A., em 30 de junho de 2008 (data base das Demonstrações Financeiras para o processo de incorporação) e o capital social foi aumentado de R\$ 151.446 para R\$ 219.948, com emissão de 1.230.668.392 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, que serão atribuídas aos acionistas da Pandora Participações S.A., sendo 615.334.196 ações à Lojas Americanas S.A. e 615.334.196 ações ao Banco Itaúcred S.A., em substituição e proporcionalmente aos seus direitos extintos.

Ainda, em consequência desta incorporação, Lojas Americanas S.A. passou a ter uma participação direta de 29,72% no capital social votante de FAI – Financeira Americanas Itaú S.A. e indireta de 20,28%, através da controlada em conjunto Vitória Participações S.A..

(b) Movimentação dos investimentos na controladora

	B2W Compa- nhia Global Varejo	BWU Comér- cio e Entrete- nimen- to S.A.	Lojas America- nas Home Shopping Ltda.	Vitória Partici- pações S.A.	FAI- Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financia- mento e Investimento	Pandora Participa- ções S.A.	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2008	175.397	261.641	1.801	14.268		36.692	489.799
Aquisição de investimento	3.830						3.830
Aumento de capital		35.000		31.500			66.500
Transferência de investimento por cisão					37.984	(37.984)	

Efeito do ágio na aquisição pela controlada de ações de própria emissão	(65.193)							(65.193)
Equivalência Patrimonial								
- Participação no resultado	49.614	23.020		(27.228)	(12.238)	1.292		34.460
- Efeitos Lei nº 11.638 (Resultado e Patrimônio Líquido)	(39.630)	(556)						(40.186)
Ganho de capital por variação no percentual de participação societária	3.852							3.852
Dividendos	(10.354)							(10.354)
Saldo em 31 de dezembro de 2008	117.516	319.105	1.801	18.540	25.746			482.708
Efeito do ágio na aquisição pela controlada de ações de própria emissão	(444)							(444)
Equivalência Patrimonial								
- Participação no resultado	12.781	10.686		(6.224)	(9.150)			8.093
- Efeito Lei 11.638 (Resultado e Patrimônio Líquido)	804	1.058						1.862
Saldo em 30 de junho de 2009	130.657	330.849	1.801	12.316	16.596			492.219
Efeito do ágio na aquisição pela controlada de ações de própria emissão	271							271
Equivalência Patrimonial								
- Participação no resultado	7.933	5.055		(3.244)	(4.770)			4.974
- Efeito Lei 11.638 (Resultado e Patrimônio Líquido)	(1.981)	(415)						(2.396)
Saldo em 30 de setembro de 2009	136.880	335.489	1.801	9.072	11.826			495.068

(c) Informações e transações sobre partes relacionadas

	% Participação	Capital social	Patri- mônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Saldos ativos (passivos)		Receitas (despesas) Líquidas	
					30.09.2009	30.06.2009	30.09.2009	30.09.2008
Controladas Diretas								
BWU Comércio e Entretenimento S.A.	100%	317.753	335.489	15.741	(888)	(888)		
B2W – Companhia Global do Varejo	56,62%	181.566	243.041	33.465	776	262		
Lojas Americanas da Amazônia S.A.	100%	2.288	(386)		48	48		
Lojas Americanas Home Shopping Ltda.	100%	6.877	1.801		(1.679)	(1.679)		
Controlada em Conjunto								
FAI – Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (1), (2) e (4)	50%	219.948	39.790	(46.839)	117.126	6.076	11.151	2.501
Vitória Participações S.A. (1)	50%	67.700	18.144	(18.935)				

Controladas Indiretas

8M Participações Ltda.	56,62%	2.661	2.111	51
Facilita Promotora S.A. (1)	50%	6.141	8.466	2.073
Ingresso.com S.A.	56,62%	6.998	11.878	2.726
Posto Vicom Ltda.	100%	65	171	54
Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda.	28,31%	24.010	7.806	1.496
Submarino Viagens e Turismo Ltda.	47,71%	3.922	7.392	283
ST Importações Ltda.	56,62%	4.050	3.783	833

Ligada

São Carlos Empreendimentos e Participações S.A. (3)	(1.370)	(2.965)	(16.783)	(13.743)
---	---------	---------	----------	----------

- (1) As informações trimestrais foram examinadas por outros auditores independentes.
- (2) Registrados, respectivamente, em “Contas a receber de clientes” no Balanço Patrimonial e como “Despesas com vendas” na Demonstração do Resultado.
- (3) Registrados, respectivamente, em “Demais contas a pagar ” no Balanço Patrimonial, e em “Despesas com vendas” na Demonstração do Resultado.
- (4) Participação direta de 29,72% e indireta, através da controlada em conjunto Vitória Participações S.A. ,de 20,28%.

As principais operações realizadas com e entre as empresas controladas e ligada são pactuadas a taxas, prazos e valores usualmente praticados pelo mercado em transações da mesma natureza e originam-se em:

- Saldos ativos e passivos decorrentes de operações realizadas entre as empresas, registrados em mútuos;
- Receitas e despesas líquidas decorrentes de remuneração de mútuos, venda de mercadorias e reembolsos por rateios de despesas administrativas comuns, comissão de cartão de crédito e vendas de ativos permanentes;
- Operações com a empresa ligada (controladores em comum), decorrentes de aluguéis de imóveis.

A Companhia possui um Acordo de Cooperação Comercial e outras Avenças com a controlada B2W – Companhia Global do Varejo, visando à coordenação de esforços em várias áreas de atividade, em benefício mútuo, quais sejam: (i) compra de mercadorias adquiridas da B2W pela Companhia, (ii) forma de competição, (iii) instalação de quiosques da B2W nas instalações comerciais da Lojas Americanas S.A., (iv) utilização de pessoal, (v) uso de marca e utilização de publicidade em conjunto.

Este acordo prevê que as mercadorias vendidas para a controlada B2W – Companhia Global do Varejo, serão fornecidas pelo preço de custo do produto pago pela Lojas Americanas S.A., ao fornecedor e entregue em seus Centros de Distribuição, acrescidos dos tributos e outros encargos diretamente incidentes sobre a compra e venda, e de um percentual de 2% sobre o preço de custo do produto, até que a controlada B2W atinja o volume acumulado de compras de R\$ 10.000 por ano. Após atingir esse volume, ocorrerá um acréscimo para 3% sobre o preço de custo do produto, permanecendo inalteradas as demais condições. No período findo em 30 de setembro de 2009, a Companhia não efetuou transações relevantes de mercadorias junto à controlada B2W.

Ademais, a Companhia firmou contrato de licença para uso de marca pela controlada B2W – Companhia Global do Varejo, pelo qual é concedida a licença de uso da marca Americanas.com e marcas similares, em caráter exclusivo, para as atividades compreendidas no objeto social da controlada B2W – Companhia Global do Varejo. Conforme estabelecido no referido contrato, o licenciamento da marca será gratuito enquanto a Lojas Americanas S.A. detiver participação societária relevante na Companhia.

As transações e remunerações/benefícios com os Administradores e principais executivos da Companhia e controladas encontram-se descritas nas notas explicativas 20 e 24 conforme preconizado pela CPC 05 Partes Relacionadas.

10 MOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação/ amortização	Controladora				Consolidado			
		30.09.2009		30.06.2009		30.09.2009		30.06.2009	
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos		2.096		2.096	2.096	7.850		7.850	7.850
Instalações e móveis e utensílios	10% a 20%	141.167	(52.221)	88.946	91.955	181.159	(65.535)	115.624	118.356
Bens destinados a aluguel	(*)	13.418	(7.914)	5.504	6.304	13.418	(7.914)	5.504	6.304
Máquinas e equipamentos de informática	10% a 40%	184.686	(96.442)	88.244	91.566	255.990	(134.204)	121.786	128.010
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10% a 40% (**)	322.164	(123.098)	199.066	203.821	334.573	(131.981)	202.592	207.643
Veículos	20%	1.952	(873)	1.079	1.153	1.952	(873)	1.079	1.153
		665.483	(280.548)	384.935	396.895	794.942	(340.507)	454.435	469.316
Obras em andamento e outros		1.156		1.156	3.193	19.072	(198)	18.873	17.573
								473.308	486.889

666.639	(280.548)	386.091	400.088	814.014	(340.705)		
----------------	------------------	----------------	----------------	----------------	------------------	--	--

(*) DVD's de aluguel depreciados em no máximo 9 meses.

(**) Calculada com base nos respectivos prazos dos contratos de aluguel. O prazo médio dos contratos de aluguel é de 10 anos.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

De acordo com o CPC 01, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A menor unidade geradora de caixa determinada pela Companhia para avaliar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização corresponde a cada uma de suas lojas nos segmentos "Tradicional" e "Express". A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2008 e 30 de setembro de 2009 não foram identificadas evidências de ativos corpóreos com custos registrados superiores a seus valores de recuperação.

11 INTANGÍVEL

	Controladora				Consolidado			
	30.09.2009		30.06.2009		30.09.2009		30.06.2009	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ágio em aquisições de investimentos:								
- B2W	239.789	(31.938)	207.851	202.730	239.789	(31.938)	207.851	202.730
- BWU	173.161		173.161	173.160	173.161		173.161	173.160
- TV Sky Shop e outros					143.631	(58.755)	84.876	84.876
Ágio decorrente da aquisição, pela B2W, de ações de sua própria emissão	116.981	(9.878)	107.103	107.104	116.898	(9.849)	107.049	107.104
	529.931	(41.816)	488.115	482.994	673.479	(100.542)	572.937	567.870
Direito de uso de software	84.167	(47.541)	36.626	39.591	123.833	(94.411)	29.422	69.617
Desenvolvimento de <i>web sites</i> e sistemas					261.969	(34.377)	227.632	217.689
Licença de uso marca - BLOCKBUSTER®	1.562	(176)	1.386	1.406	22.622	(2.111)	20.511	7.813
Fundo de comércio e outros	45.235	(8.996)	36.239	37.369	46.195	(8.995)	37.200	16.087
	660.895	(98.529)	562.366	561.360	1.128.098	(240.396)	887.702	879.076

(a) Ágios em controladas (controladora):

A Companhia e suas controladas avaliaram, para *impairment*, os ágios apurados quando das aquisições destes investimentos utilizando como base informações de cotação de valor de mercado (controlada B2W – empresa

de capital aberto) e projeções e expectativas de rentabilidade futura nas empresas controladas de capital fechado tais como BWU e outras. Não foi identificada a necessidade de ajustes para perda por redução do valor de recuperação.

O ágio apurado pela Companhia na aquisição da B2W, foi amortizado durante os exercícios de 2008 e 2007 à taxa de 10% a.a. e, a partir de 2009, está somente sujeito a avaliação de *impairment* - redução ao valor recuperável. O ágio apurado pela Companhia na aquisição da BWU está também sujeito somente à avaliação anual de *impairment*, a partir de 2009.

(b) Ágio Shoptime e outras investidas (B2W – Consolidado):

O ágio referente ao investimento na TV Sky Shop S.A. foi constituído quando da aquisição da Shoptime S.A. (Shoptime) e da TV Sky Shop S.A. (TV Sky) pela controlada Americanas.com S.A. – Comércio Eletrônico (Americanas.com). Em 31 de agosto de 2005, a controlada Americanas.com adquiriu o equivalente a 98,85% do capital da Shoptime, detentora de 56% do capital da TV Sky, e 44% do capital da TV Sky. No primeiro trimestre de 2006, a controlada Americanas.com adquiriu 1,15% faltante da Shoptime, totalizando 100% do capital desta.

Em 1º de agosto de 2006, a Shoptime foi incorporada por sua controlada TV Sky e, dessa forma, o ágio registrado na controlada Americanas.com em referência ao investimento na Shoptime foi somado ao ágio referente ao investimento na TV Sky, montando ao valor total de R\$135.305. Com a fusão da controlada Americanas.com e Submarino S.A. em 13 de dezembro de 2006, foi formada a B2W, sucedendo todos os direitos e obrigações da controlada Americanas.com e, conseqüentemente, a parcela do ágio referente à TV Sky.

Os saldos de ágios apurados nas aquisições das outras participações societárias estão suportados por estudos técnicos com sustentação na expectativa de rentabilidade futura das empresas e foram amortizados até 31 de dezembro de 2008 utilizando os prazos de 5 a 10 anos, conforme proporção dos resultados futuros esperados nestas investidas. A partir de 1º de janeiro de 2009 estes ágios estão sujeitos somente à avaliação de *impairment* conforme preconizado pela CPC – 01 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não sendo mais aplicável as suas respectivas amortizações.

No exercício de 2008, a controlada B2W avaliou, para *impairment*, estes ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros e concluiu que não existe nenhum ajuste para perda a ser registrado.

(c) Licença de uso da marca BLOCKBUSTER®:

License Agreement para uso da marca BLOCKBUSTER®, por um período de 20 anos (intangível com vida definida). Representa no consolidado a marca BLOCKBUSTER® no segmento *on-line*, adquirida em dezembro de 2007, pela B2W- Companhia Global do Varejo junto a BWU – Comércio e Entretenimento S.A., subsidiária integral de Lojas Americanas S.A..

(d) Desenvolvimento de *web sites* e sistemas / Direito de uso de software:

Representam no consolidado, gastos com plataforma *E-Comerce* (desenvolvimento de Infra-estrutura tecnológica, conteúdo, aplicativos e lay-out gráfico dos sites), gastos com implantação de sistema ERP e desenvolvimento de sistemas próprios, sendo amortizados de forma linear considerando-se o prazo estipulado de utilização e benefícios auferidos (prazo máximo de 5 anos).

12 DIFERIDO

	Controladora				Consolidado			
	30.09.2009		30.06.2009		30.09.2009		30.06.2009	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Despesas pré-operacionais – lojas novas e segmento <i>online</i>	144.527	(62.928)	81.599	88.523	229.922	(83.117)	146.805	157.954

Conforme facultado pela Lei 11.941/09, a Companhia e controladas mantiveram para amortização pelo prazo dos benefícios auferidos (em até 5 anos), e considerando sua efetiva recuperabilidade (sujeito a teste de *impairment*) os gastos registrados no Ativo Diferido, referentes a despesas pré-operacionais. Outros gastos que não se caracterizavam como pré-operacionais foram analisados e, quando aplicável, reclassificados para o Imobilizado e Intangível. Aqueles que não atenderam a estas características foram registrados como despesas do exercício quando incorridos em 2008, no grupo de outras receitas (despesas) operacionais, e contra lucros acumulados, quando referentes ao saldo existente em 31 de dezembro de 2007.

13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - (Reapresentada)

Objeto	Encargos anuais	Vencimento final	Controladora		Consolidado	
			30.09.2009	30.06.2009	30.09.2009	30.06.2009
EM MOEDA NACIONAL						
BNDES (Reforma e abertura de novas lojas, ampliação dos sistemas de informática e capital de giro).	Juros acima da TJLP de 2,80% até 6,10%	15/09/2013	218.041	176.092	273.889	176.092
	TJLP + 4,75%	01/06/2011				3.888
Capital de giro	Juros de até 135,0% do CDI	16/06/2014	1.152.575	1.083.480	1.737.167	1.739.631
EM MOEDA ESTRANGEIRA						
Abertura de novas lojas (IFC)	Juros de 4,75% + Libor	15/05/2015		48.679		48.679
Capital de giro (*)	US\$ + juros de até 7,5% JPY + juros de até 5,8%	03/09/2013	571.772	404.800	1.017.622	1.047.977
Saldo a pagar (receber) nas operações de <i>swap</i> (*)	100,0% a 140,0% do CDI	03/09/2013	(60.108)	(15.003)	(61.632)	(59.279)
Custo com as captações (IOF e outras)			(16.050)	(16.124)	(16.050)	(16.124)
			1.866.230	1.681.924	2.950.996	2.940.864
Parcela do não circulante			(1.381.322)	(1.107.671)	(1.881.113)	(1.513.396)
Parcela do circulante			484.908	574.253	1.069.883	1.427.468

(*) As operações de empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras encontram-se protegidas contra oscilações de câmbio, por intermédio de instrumentos financeiros derivativos (Nota Explicativa 21).

Empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2009	30.06.2009	30.09.2009	30.06.2009
2010	78.104	413.017	136.284	657.726
2011	465.529	441.296	669.788	561.571
2012	293.837	177.286	333.805	204.910
2013	523.852	44.019	676.708	57.136
2014	20.000	28.036	50.435	28.036
2015		4.017	14.093	4.017
	1.381.322	1.107.671	1.881.113	1.513.396

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a determinadas cláusulas restritivas de dívida (“Debt Covenants” e “Cross Default”) constantes dos contratos de empréstimos e financiamentos. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção de certos índices financeiros, calculados com base nas demonstrações financeiras divulgadas trimestralmente pela Administração. Quando não atingidos, a Companhia negocia com os seus credores “waiver letters” para um período de adaptação.

Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por cartas de fiança e notas promissórias.

14 DEBÊNTURES

EMPRESA EMITENTE	Controladora		Consolidado	
	30.09.2009	30.06.2009	30.09.2009	30.06.2009
Lojas Americanas S.A.	383.111	381.839	383.111	381.839
B2W – Companhia Global do Varejo			373.002	386.001
Custo com as captações (*)	(2.918)	(3.398)	(4.635)	(5.226)
	380.193	378.441	751.478	762.614
Parcela do não circulante	(367.018)	(299.945)	(730.150)	(662.965)
Parcela do circulante	13.175	78.496	21.328	99.649

(*) Conforme previsto pelo CPC 08, o custo com as captações vem sendo realizado pelo prazo de vencimento das debêntures.

a) Emissão de Debêntures pela controladora Lojas Americanas S.A.

- Em 2 de fevereiro de 2004, a Companhia captou o montante de R\$ 203.054, originário da segunda emissão pública de debêntures, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2003.

- Em 27 de Abril de 2007, a Companhia captou o montante de R\$ 236.675, originário da terceira emissão pública de debêntures, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de Abril de 2007. Essas emissões estão demonstradas abaixo:

	<u>Data de emissão</u>	<u>Tipo de emissão</u>	<u>Títulos em circulação</u>	<u>Valor na data de emissão</u>	<u>Encargos financeiros anuais</u>	<u>30.09.2009</u>	<u>30.06.2009</u>
- 2ª Emissão (1ª Série)	01/01/2004	Pública	10.000	R\$ 100.000	CDI + 0,9%	68.609	70.713
- 2ª Emissão (2ª Série)	01/01/2004	Pública	10.000	R\$ 100.000	CDI + 0,9%	68.609	70.713
- 3ª Emissão	01/04/2007	Pública	23.460	R\$ 234.600	104,4% do CDI	245.893	240.413
Custos com as captações						(2.918)	(3.398)
						380.193	378.441

Após a Assembléia de Debenturistas da 2ª emissão de Debêntures da Lojas Americanas S.A., realizada em 05 de outubro de 2005, as Debêntures passaram a ter as seguintes características:

- **Forma e espécie:** debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, subordinadas e escriturais;
- **Valor nominal:** as debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10 (dez mil Reais);
- **Garantia:** as debêntures não terão garantia;
- **Valor total da emissão:** R\$ 200.000 (duzentos milhões de Reais);
- **Quantidade de debêntures:** 20.000 (vinte mil) debêntures;
- **Prazo, data de vencimento e amortização do principal:** 2ª séries em um fluxo anual de amortização em três parcelas iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 1º de janeiro de 2009;
- **Preço, subscrição e prazo de Integralização:** as debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, acrescido de remuneração *pro rata temporis*, verificada a contar da data de emissão até a data da respectiva subscrição;
- **Índices financeiros:** o índice financeiro, que mede a relação entre a dívida líquida consolidada e o EBITDA ajustado, nos últimos 12 meses devidamente apresentado pela Emissora, deverá ser menor ou igual a 2,5. O índice financeiro, que mede a relação entre o EBITDA ajustado e o resultado financeiro líquido consolidado, também nos últimos 12 meses deverá ser maior ou igual a 2,0;
- **Remuneração:** as debêntures da 1ª e 2ª séries incidirão juros remuneratórios equivalente à taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de um dia, "CDI over extra grupo", base duzentos e cinquenta e dois dias úteis, divulgada pela CETIP, acrescidos de uma sobre-taxa efetiva ao ano de 0,9%, pagos semestralmente e anualmente, respectivamente;
- **Divulgação:** as informações de interesse dos debenturistas, são publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal Valor Econômico;
- **Limites e índices financeiros:** no caso de descumprimento das cláusulas contratuais, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado das Debêntures. Após a realização de Assembléia o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes de Debêntures, a menos que Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação optem por não declarar o vencimento antecipado;
- **Prêmios:** pagamento de prêmio, a partir do quarto trimestre de 2005, de 0,25% calculados sobre o preço unitário das debêntures de ambas as séries, caso ocorra o descumprimento dos limites e índices financeiros, individualmente ou em conjunto, dispostos na escritura de emissão e os debenturistas reunidos em Assembléia geral deliberarem por não declarar o vencimento antecipado das debêntures a cada descumprimento dos índices.

Em 24 de setembro de 2008, foi realizada Assembléia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão Pública de Debêntures, sendo aprovados as seguintes alterações na escritura de emissão das Debêntures da 1ª série:

- Alteração do limite do índice financeiro de 2,5 para 3,0 previsto na cláusula 4.18.1, alínea "h" do item 1;

- Alteração do limite do índice financeiro de 2,0 para 1,5 previsto na cláusula 4.18.1, alínea “h” do item 2;
- Alteração da definição de Dívida Líquida Consolidada, para: “Dívida Líquida Consolidada é o somatório das dívidas onerosas consolidadas da Emissora junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, além de avais, fianças, penhores ou garantias prestadas pela Emissora exceto aqueles avais ou fianças correspondentes a dívidas que sejam integralmente consolidadas nas suas informações financeiras, bem como valores pagos a acionistas em decorrência de resgate de ações realizados pela Emissora menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras); tudo apurado a partir do último balancete consolidado divulgado”, prevista no inciso V, do item 2, alínea “h” da cláusula 4.18.1.

Em contrapartida a aceitação por parte dos debenturistas da aprovação das propostas acima, foi aprovado pagamento de prêmio de 0,8% a ser pago à totalidade dos debenturistas da Emissão sobre o preço das debêntures, no dia 30 de setembro de 2008, cujo total, pago na data, foi de R\$ 827.

Em 05 de maio de 2009, foi realizada Assembléia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão Pública de Debêntures, sendo aprovados as seguintes alterações na escritura de emissão das Debêntures da 1ª e 2ª séries, a partir do 1º trimestre de 2009:

- Alteração dos limites dos índices financeiros para: o resultado da Dívida Líquida/Ebitda não pode ser superior a 3,0 e o resultado do Ebitda/Resultado financeiro não pode ser inferior a 1,5, previstos no item “h” do subitem 2 cláusula 4.18.1;
- Alteração da definição de Dívida Líquida Consolidada, para: “Dívida Líquida Consolidada significa o somatório das dívidas onerosas consolidadas da Emissora, junto a pessoas físicas ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e ou internacional, além de avais, fianças, penhores ou garantias prestadas pela emissora, exceto aqueles avais ou fianças correspondentes a dívidas que sejam integralmente consolidadas nas suas informações financeiras, bem como valores pagos a acionistas em decorrência de resgate de ações realizados pela emissora, menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras); tudo apurado a partir do último balancete consolidado divulgado”, previsto no item “h”, subitem 2 , cláusula 4.18.1;
- Alteração da definição de EBITDA, para: “EBITDA trimestral” significa o somatório (i) do lucro operacional trimestral consolidado, antes de deduzidos os impostos, tributos e contribuições e participações; (ii) da depreciação e amortização consolidadas, ocorridas no mesmo período; (iii) das outras receitas (despesas) operacionais consolidadas, ocorridas no mesmo período; (iv) das despesas financeiras consolidadas deduzidas das receitas financeiras, consolidadas do mesmo período; e (v) da equivalência patrimonial; tudo apurado na data do mais recente balancete trimestral, previsto no item “h” subitem 2, cláusula 4.18.1;
- Alteração do vencimento das debêntures para: 01 de janeiro de 2012, previsto na cláusula 4.4;
- Alteração da remuneração, a partir de 11 de maio de 2009, para: CDI acrescida de uma sobre taxa de 2,80% a.a., previsto na cláusula 4.8.1.1.;

Em contrapartida a aceitação por parte dos debenturistas da aprovação das propostas acima, foi aprovado pagamento de prêmio de 0,8%, a ser pago aos debenturistas de 2ª série da Emissão sobre o preço das debêntures, no dia 11 de maio de 2009, cujo total, pago na data, foi de R\$556.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de Abril de 2007, foi aprovada a emissão da 3ª emissão, que possui as seguintes características:

- **Forma e espécie:** debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, e escriturais;
- **Número de séries:** série única;
- **Valor nominal:** as debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10 (dez mil Reais);
- **Valor total da emissão:** R\$ 234.600 (duzentos e trinta e quatro milhões e seiscentos mil Reais);
- **Quantidade de debêntures:** 23.460 (vinte e três mil quatrocentas e sessenta) debêntures;
- **Garantia:** as debêntures foram objeto de distribuição pública pelo Coordenador Líder (Unibanco) sob o regime de garantia firme de colocação, mediante o resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento (*bookbuilding*);

- **Prazo, data de vencimento e amortização do principal:** 6 anos a contar da data de emissão, com vencimento final em 1º de abril de 2013 e serão amortizadas em 3 parcelas iguais e consecutivas a partir do 4º ano (inclusive) a contar da data de emissão, nas seguintes datas: 1º de abril de 2011, 1º de abril de 2012 e 1º de abril de 2013;
- **Preço, subscrição e prazo de Integralização:** O preço de subscrição é o valor nominal unitário das Debêntures, acrescido da remuneração calculada *pro rata temporis* desde a data de emissão até a data da efetiva subscrição e integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional;
- **Índices financeiros:** o índice financeiro, que mede a relação entre a dívida líquida consolidada e o EBITDA ajustado, nos últimos 12 meses devidamente apresentado pela Emissora, deverá ser menor ou igual a 3,0. O índice financeiro, que mede a relação entre o EBITDA ajustado e o resultado financeiro líquido consolidado, também nos últimos 12 meses deverá ser maior ou igual a 1,5;
- **Límites e índices financeiros:** no caso de descumprimento das cláusulas contratuais, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado das Debêntures. Após a realização de Assembléia o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes de Debêntures, a menos que Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação optem por não declarar o vencimento antecipado;
- **Remuneração:** As Debêntures renderão juros, correspondentes a 104,4% (cento e quatro inteiros e quatro décimos por cento) da taxa média de juros dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "Extra Grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o valor nominal unitário, ainda não amortizado conforme os termos da Escritura de Emissão, a partir da data de emissão ou da última data de pagamento da remuneração, conforme o caso, e serão pagos semestralmente (em abril e outubro), a partir de 1º de outubro de 2007;
- **Destinação dos Recursos:** Os recursos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados para: (i) ao pagamento pela aquisição do investimento na BWU; (ii) a investimentos em tecnologia da informação; e (iii) utilização na reforma de lojas da BWU.

b) Emissão de Debêntures pela controlada B2W – Companhia Global do Varejo

Na reunião do Conselho de Administração realizada nos dias 02 de julho de 2008 ratificada em 18 de julho de 2008, foi deliberada a primeira emissão e distribuição pública de debêntures, conforme demonstrado abaixo:

<u>Data da emissão</u>	<u>Quantidade emitida</u>	<u>Quantidade colocada no mercado</u>	<u>Valor unitário</u>	<u>Valor da emissão</u>	<u>Encargos financeiros anuais</u>	<u>30.09.2009</u>	<u>30.06.2009</u>
10/07/2008	36.440	36.440	10	R\$ 364.400	CDI + 2%	<u>371.285</u>	<u>384.173</u>

As debêntures emitidas possuem as seguintes características:

- **Conversibilidade:** As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações;
- **Tipo e forma:** As debêntures são nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados;
- **Prazo e data de vencimento:** As debêntures tem prazo de vencimento de 5 anos a contar da data de emissão, com vencimento final em 10 de julho de 2013;
- **Amortização:** As debêntures serão amortizadas anualmente em 3 parcelas consecutivas a partir do 3º ano, a contar da data de emissão, nas seguintes datas: 10 de julho de 2011, 10 de julho de 2012 e 10 de julho de 2013;
- **Remuneração:** As debêntures renderão juros remuneratórios, correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescida de um spread de 2% ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata*

temporis por dias úteis decorridos, incidente sobre o valor nominal unitário de R\$ 10;

- **Periodicidade de pagamento da remuneração:** Os valores relativos à remuneração serão pagos semestralmente, sempre no dia 10 dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de janeiro 2009;
- **Distribuição e colocação:** As debêntures foram objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de subscrição, com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários;
- **Índices financeiros:** Os índices financeiros calculados com base nas demonstrações financeiras trimestrais consolidadas da Companhia, a partir do 3º trimestre de 2008, devem ser menor ou igual a (i) Dívida Líquida Consolidada / EBITDA Adaptado menor ou igual a 2,90x; e, (ii) EBITDA Adaptado / Resultado Financeiro Líquido Consolidado maior ou igual a 1,5x;

Na mensuração desses índices, entende-se por (i) “Dívida Líquida Consolidada”, o somatório de todas as dívidas financeiras consolidadas da Companhia junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros, títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional, bem como o diferencial a pagar com operações com derivativos menos o somatório das disponibilidades (caixa e títulos e aplicações financeiras) e o diferencial a receber por operações com derivativos; (ii) “EBITDA Adaptado”, o somatório (a) do lucro operacional consolidado da Companhia antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações; (b) da depreciação e amortizações ocorridas no mesmo período; (c) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras do mesmo período; e (d) da equivalência patrimonial; sendo todos apurados no período de 12 meses e, sem considerar os eventuais efeitos do cálculo do ajuste a valor presente - AVP (artigo 184 da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada pela Lei 10.303, de 31 de dezembro de 2001 e pela Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007); e, (iii) “Resultado Financeiro Líquido Consolidado”, as receitas financeiras, menos as despesas financeiras da Companhia.

- **Limites e índices financeiros:** no caso de descumprimento das cláusulas contratuais, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado das debêntures. Após a realização de Assembléia, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes de debêntures, a menos que debenturistas que representem pelo menos 75% das debêntures em circulação optem por não declarar o vencimento antecipado;
- **Garantia:** As debêntures são da espécie com garantia flutuante, com privilégio geral sobre os ativos da Companhia.

Em 30 de setembro de 2009, a Companhia e a controlada B2W vêm atendendo as cláusulas restritivas (índices financeiros) estabelecidos nas escrituras públicas das debêntures.

15 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES (CIRCULANTE)

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2009	30.06.2009	30.09.2009	30.06.2009
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	64.465	41.885	64.465	41.885
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	2.686	11.053	3.206	11.505
Programa de Integração Social - PIS		1.617	113	1.664
Salário Educação e Seguro Acidente de Trabalho – SAT	7.905	7.826	7.905	7.826
Imposto de Renda e Contribuição Social	721	13.642	29.190	25.868
IR/CS Diferido Passivo – Lei 11638/07	3.867	—	3.867	—

Outros	3.675	2.992	6.446	7.720
	83.319	79.015	115.192	96.468

16 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES (NÃO CIRCULANTE)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.2009</u>	<u>30.06.2009</u>	<u>30.09.2009</u>	<u>30.06.2009</u>
Salário Educação e Seguro Acidente de Trabalho – SAT	37.082	38.513	37.082	38.513
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	13.318	13.992	14.134	22.082
Imposto sobre serviços - ISS			11.867	11.741
Programa de Integração Social - PIS			3.817	5.261
Outros				
	50.400	52.505	66.900	77.597

A Companhia aderiu aos Programas Especiais de Parcelamento de Débitos Tributários e Previdenciários para com a União, instituídos pela Lei 10.637/02 e Lei 10.684/03. Os débitos objetos destes parcelamentos, no montante de R\$ 61.898 (R\$ 11.498 classificados no passivo circulante), referem-se a parcelas de COFINS, Salário Educação e Seguro Acidente de Trabalho – SAT e compensações de créditos não homologadas pela Receita Federal. Os débitos instituídos pela Lei 10.684/03, estão sendo discutidos judicialmente com os órgãos competentes para posterior homologação da adesão ao programa de parcelamento. As parcelas mensais estão sendo liquidadas de acordo com o prazo previsto em lei.

A controlada BWU Comércio e Entretenimento S.A., está discutindo judicialmente a exigência, por parte de diversas Prefeituras, do ISS – Imposto Sobre Serviços calculados sobre a receita de locação de bens móveis (DVD's). O valor provisionado encontra-se atualizado pela SELIC.

A controlada B2W – Companhia Global do Varejo, está pleiteando a suspensão da exigibilidade do pagamento do ICMS sobre a base de cálculo das contribuições ao PIS e a COFINS. Dessa forma, a Companhia passou a monitorar a sua aplicabilidade, benefício e, quando necessário, excluir o ICMS da base das referidas contribuições em virtude do deferimento de liminar. Os montantes quando não recolhidos estão provisionados e atualizados monetariamente pela taxa SELIC, até o trânsito em julgado da ação judicial.

17 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2009	30.06.2009	30.09.2009	30.06.2009
Fiscais	15.950	15.452	19.206	18.928
Trabalhistas	7.044	8.466	8.232	9.349
Cíveis	2.266	2.339	10.084	9.182
Multas contratuais	30.319	29.707	30.319	29.707
Outras	6.950	6.829	7.163	6.999
	62.529	62.793	75.004	74.165
Parcela do não circulante	(48.440)	(47.286)	(56.629)	(55.103)
Parcela do circulante	14.089	15.507	18.375	19.062

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração possui um sistema de monitoramento de suas ações judiciais e administrativas conduzido por departamento jurídico próprio e por advogados externos. Quando requeridos legalmente são efetuados depósitos judiciais R\$ 42.419 (R\$ 41.340 em 30 de junho de 2009), na controladora, e R\$ 63.113 (R\$ 61.377 em 30 de junho de 2009) no consolidado. Estes não estão vinculados às provisões para contingências constituídas em 30 de setembro de 2009 e 30 de junho de 2009. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão, em montante julgado suficiente, para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Algumas ações judiciais estão garantidas por cartas de fiança.

A Companhia possui demandas administrativas/judiciais de natureza fiscal no montante aproximado de R\$ 349.318 (R\$ 347.420 em 30 de junho de 2009) controladora e R\$ 379.928 consolidado (R\$ 376.485, em 30 de junho de 2009), classificadas pelos seus assessores jurídicos como “perdas possíveis” e, por este motivo, nenhuma provisão para contingências foi constituída sobre as mesmas. As principais demandas administrativas/judiciais, classificadas como “perdas possíveis” na Controladora, são as seguintes:

Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS

- Glosa de crédito tributário constituído pela Companhia sobre operações realizadas com fornecedores declarados inidôneos pela Secretaria Estadual de Fazenda, em data posterior à operação comercial. Valor aproximado: R\$ 13.992;

- Glosa, em determinados estabelecimentos da Companhia, de crédito tributário decorrente da atualização monetária dos saldos credores de ICMS, apurados no período de julho de 1992 a junho de 1997. O procedimento foi adotado para todos os estabelecimentos sendo que na maioria dos estados não houve quaisquer questionamentos por parte da Receita Estadual. Temos decisões favoráveis nos estados onde o procedimento fiscal está sendo questionado. Valor aproximado: R\$ 31.489;
- Glosa de crédito tributário originário da diferença entre o ICMS cobrado com base na margem estimada pelo estado e o ICMS que seria devido considerando a margem efetivamente praticada na comercialização de produtos sujeitos ao regime de substituição tributária. Valor aproximado de R\$ 41.737;
- Glosa de crédito tributário tomado sobre as operações de entrada, nos Centros de Distribuição (CD's), de bens destinados a uso e consumo das lojas. Quando da transferência dos referidos bens para as lojas, os CD's se debitaram do ICMS, portanto, não houve prejuízo aos cofres públicos. Valor aproximado de R\$ 11.882;
- Glosa de crédito tributário originário de devoluções de venda a cliente, pessoa física, devido a falta da identificação do cupom fiscal nas respectivas notas fiscais de entrada. Valor aproximado de R\$ 6.527;
- Cobrança de ICMS na operação de importação de aeronave, objeto de arrendamento mercantil. Valor aproximado de R\$ 20.463;
- Cobrança indevida de diferencial de alíquota de ICMS na Central de Distribuição, relativo a operações interestaduais de entrada de bens destinados a uso e consumo, recebidos pela Central de Distribuição para posterior transferência às lojas. O diferencial de alíquota cobrado foi recolhido pelas lojas, destino final dos referidos bens. Valor aproximado de R\$ 4.548.

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS

- Glosa de compensação de créditos de Finsocial, em pagamento de COFINS. Os créditos de Finsocial têm origem em pagamento a maior do referido tributo. Valor aproximado de R\$ 30.903;

Instrução Normativa SRF Nº 86, de 22 de outubro de 2001

- Multa pelo atraso na apresentação de documentos e arquivos magnéticos, previstos na IN-SRF nº86 de 22/11/2001, referentes aos anos calendários de 2002 a 2005, muito embora a Companhia tenha feito a apresentação dos referidos documentos e arquivos magnéticos dentro do prazo estipulado em medida judicial, que concedeu a dilação do prazo estabelecido pela fiscalização, R\$ 69.869;

A diferença entre o saldo da Controladora e Consolidado refere-se basicamente a ações impetradas por consumidores relacionados a atividades comerciais a pleitos de horas extras, diferencial de férias e décimo terceiro e outros benefícios na Controlada B2W.

Movimentação da Provisão para Contingências

	Controladora				Consolidado					
	30/06/09	Adições	Pagamentos / Reversão	Atualização monetária	30/09/09	30/06/09	Adições	Pagamentos / Reversão	Atualização monetária	30/09/09
Fiscais	15.452		(123)	321	15.950	18.928		(123)	553	19.358
Trabalhistas	8.466	300	(2.055)	233	7.044	9.349	315	(2.055)	233	7.842
Cíveis	2.339	400	(124)	51	2.266	9.182	1.213	(124)	51	10.322
Multas contratuais	29.707			612	30.319	29.707			612	30.319
Outros	6.829		(21)	142	6.950	6.999	43	(21)	142	7.163
TOTAL	62.793	700	(2.323)	1.359	62.529	74.165	1.571	(2.323)	1.591	75.004

Multas contratuais

A Companhia constituiu provisão, no montante de R\$ 30.319, para fazer face ao pagamento de multa pelo não cumprimento de metas estabelecidas no contrato de associação com o Banco Itaú Holding Financeira S.A.. Esta provisão é constituída considerando-se as perspectivas do atingimento destas metas até as datas previstas no contrato de associação e, quando necessário, a provisão é ajustada.

Em 30 de setembro de 2009, como garantia do não cumprimento das metas, a Companhia mantém ativos financeiros no montante de R\$ 138.604 (R\$ 135.600 em 30 de junho de 2009) que são compostos por R\$ 78.517 (R\$ 76.707 em 30 de junho de 2009) de aplicações financeiras em debêntures e R\$ 60.087 (R\$ 58.893 em 30 de junho de 2009) de recebíveis classificados como contas a receber de clientes.

18 ADIANTAMENTO POR CESSÃO DE DIREITO DE LAVRA – MARCA “BLOCKBUSTER”

Em 30 de junho de 2008, Lojas Americanas S.A. e sua subsidiária integral BWU – Comércio e Entretenimento S.A., firmaram com a FAI – Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, contrato de Acordo de Cessão de Direito de Lavra, pelo prazo de 20 anos, para exploração da marca BLOCKBUSTER®, com o objetivo de explorar a oferta de produtos financeiros, securitários e previdenciários, destinados a pessoas físicas.

Por conta dessa associação Lojas Americanas S.A. e sua subsidiária integral BWU – Comércio e Entretenimento S.A. receberam da FAI – Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, o montante de R\$ 30.600 e R\$ 20.400 respectivamente, classificados como Adiantamento por cessão de Direito de Lavra (R\$ 30.600 na controladora e R\$ 25.500 no consolidado), que serão apropriados pelo prazo de vigência do contrato. Foram apropriados no período findo em 30 de setembro de 2009, em outras receitas operacionais, 9 parcelas do Adiantamento por cessão de Direito de Lavra, no montante de R\$ 1.148 (R\$ 639 no consolidado).

O contrato estabelece o cumprimento de determinadas metas de performance, que deverão ser atingidas num prazo máximo de 3 anos contados a partir da data do início da operação. Ficou estabelecido, ainda, o pagamento de multas imputáveis à Lojas Americanas, no montante máximo de R\$ 25.500 (R\$ 12.750 no consolidado), caso tais metas não sejam atingidas. Os valores das multas serão calculados em três anos e estarão sujeitos a procedimentos de auditoria por auditores independentes.

Como garantia pelo não cumprimento das metas, BWU e/ou Lojas Americanas outorgaram à FAI – Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento garantias que correspondem a 120% do valor total das penalidades. Essas garantias correspondem a cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de aplicações financeiras contratadas pela BWU junto à afiliadas do Banco Itaú Holding, podendo ser substituídas por fiança bancária, cessão fiduciária dos direitos creditórios detidos por Lojas Americanas contra a REDECARD ou contra FAI e aplicações financeiras contratadas pela Lojas Americanas junto à afiliadas do Banco Itaú Holding. Estes ativos financeiros colocados em garantia não restritos montavam em 30 de setembro de 2009 R\$ 29.318 (R\$ 28.660 em 30 de junho de 2009).

19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social poderá ser aumentado pelo Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 800.000.000 ações ordinárias e/ou preferenciais. Não existe direito de preferência para subscrição de ações. Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27 de Julho em 2007, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia na proporção de 100 (cem) ações para 1(uma) ação de mesma espécie.

Em 30 de setembro de 2009, o capital social é representado por 754.462.455 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 281.689.106 ações ordinárias e 472.773.349 ações preferenciais.

Segue abaixo a composição dos acionistas da Companhia:

Composição em 30/09/2009 e 30/06/2009.

ACIONISTA	AÇÕES ON e PN	
	30.09.2009	30.06.2009
Velame Adm. de Rec e Part. S.A.	133.964.192	133.964.192
GIF3 LI-2 LLC	39.643.130	40.657.867
Tobias Cepelowicz	18.154.898	18.154.898
S-Velame Adm. de Rec e Part S.A.	12.282.922	12.282.922
Cia. Brasileira de Varejo, LLC	126.189.126	126.001.326
Carlos Alberto da Veiga Sicupira	24.319.907	24.319.907
Volker LLC	10.637.128	10.637.128
Dreaming Spires LLC	10.855.330	10.855.330
Cia. Brasileira de Varejo, LLC Citibank	0	187.800
Oppenheimer Developing Markets Funds	20.972.300	23.089.300
Sub total	397.018.933	400.150.670
Ações em tesouraria	28.512.784	28.497.784
Outros	328.930.738	325.814.001
Total	754.462.455	754.462.455

(b) Movimentação das ações do capital

Quantidade de ações escriturais, sem valor nominal

	<u>Ordinárias Nominativas</u>	<u>Preferenciais Nominativas</u>	<u>Total</u>
Em 01 de janeiro de 2008	281.689.106	472.455.268	754.144.374
Aumento de Capital conforme:			
. RCA de 31 de Julho de 2008		1.846.000	1.846.000

. RCA de 29 de Agosto de 2008		<u>1.051.310</u>	<u>1.051.310</u>
Em 31 de dezembro de 2008	281.689.106	475.352.578	757.041.684
Rerratificação do Plano de ações 2007 conforme:			
AGE de 29 de abril de 2009		<u>(2.579.229)</u>	<u>(2.579.229)</u>
Em 30 de junho de 2009 e 30 de setembro de 2009	281.689.106	472.773.349	754.462.455

Em Assembléia Geral Extraordinária e Assembléia Especial de Acionistas realizada em 19 de setembro de 2006, foi aprovada proposta no sentido de alterar o Estatuto Social da Companhia para:

- Atribuir às ações preferenciais e às ações ordinárias dos acionistas minoritários, o direito de serem incluídas em ofertas públicas de alienação de controle, nas condições previstas no artigo 254-A da Lei 6.404/76, garantindo o preço equivalente a 100% daquele pago pelas ações com direito a voto integrantes do bloco de controle; e em contrapartida;

- Retirar o direito das ações preferenciais de dividendos em dinheiro 10% (dez por cento) maiores do que aqueles pagos às ações ordinárias. As alterações visam o maior alinhamento de interesses entre todos os acionistas da Companhia.

As ações subscritas e integralizadas, no 1º semestre de cada exercício, oriundas do plano de subscrição de ações (Nota Explicativa 20), têm direito a 100% dos dividendos declarados no exercício, ao passo que as ações subscritas e integralizadas no 2º semestre têm direito a 50% dos dividendos declarados no exercício.

De acordo com a ata de 31 de julho de 2008, realizada pelo Conselho de Administração, foram subscritas 1.846.000 ações preferenciais. O capital subscrito da Companhia passou de R\$ 239.037 (duzentos e trinta e nove milhões, trinta e sete mil e duzentos e setenta e oito reais e três centavos) para R\$261.134 (duzentos e sessenta e um milhões, cento e trinta e três mil e oitocentos e noventa e oito reais e três centavos), dividido em 281.689.106 ações ordinárias e 474.301.268 ações preferenciais, representando um total geral de 755.990.374 (setecentos e cinquenta e cinco milhões, novecentos e noventa mil e trezentos e setenta e quatro) ações.

De acordo com a ata de 29 de agosto de 2008, realizada pelo Conselho de Administração, foram subscritas 1.051.310 ações preferenciais. O capital subscrito da Companhia passou de R\$ 261.134 (duzentos e sessenta e um milhões, cento e trinta e três mil e oitocentos e noventa e oito reais e três centavos) para R\$ 273.718 (duzentos e setenta e três milhões, setecentos e dezoito mil e setenta e oito reais e setenta e três centavos), dividido em 281.689.106 ações ordinárias e 475.352.578 ações preferenciais, representando um total geral de 757.041.684 (setecentos e cinquenta e sete milhões, quarenta e um mil, seiscentos e oitenta e quatro) ações.

Em assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de Abril de 2009, rerratificando deliberações do Conselho de Administração de 31/07/2008 e 20/08/2008 em relação às ações emitidas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em AGE de 30/04/91, e acolhendo proposta do próprio Conselho de Administração, foi retificado o capital social para refletir a totalidade de ações integralizadas pelos beneficiários no âmbito do programa 2007 – modalidade a prazo. Dessa forma, o capital social da companhia passou a ser de R\$ 242.845, dividido em 754.462.455 ações, todas nominativas e escriturais, sem valor nominal, sendo 281.689.106 ações ordinárias, com alteração da quantidade de ações preferenciais, que passou de 475.352.578 para 472.773.349.

(c) Ações em tesouraria

Em consonância com as Instruções da CVM n.º 10/80 e 268/97, o Conselho de Administração, em reunião realizada em 4 de junho de 2003, aprovou o novo plano de recompra de ações da Companhia, com o objetivo de mantê-las em tesouraria ou posterior cancelamento. O programa prevê a recompra de até 10.788.942 ações ordinárias nominativas escriturais e 36.505.323 ações preferenciais nominativas escriturais.

O referido programa de recompra de ações vem sendo prorrogado a cada 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, desde sua edição, a fim de que a Companhia possa, efetivamente, atingir ao patamar de compra

autorizado, sendo que em 30 de setembro de 2009 a Companhia já havia recomprado 8.218.309 ações ordinárias nominativas escriturais e 20.294.475 ações preferenciais nominativas escriturais.

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de Lojas Americanas em 28 de agosto de 2009, foi deliberado por unanimidade de seus Membros, prorrogar por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, ou seja, até 28 de agosto de 2010, o prazo para recompra do saldo de ações.

Movimentação das ações em tesouraria:

	Quantidade de ações escriturais, sem valor nominal			Saldo – R\$
	Ordinárias Nominativas	Preferenciais Nominativas	Total	
Em 01 de janeiro de 2008	8.172.757	17.263.307	25.436.064	129.451
Aquisição de ações	45.552	2.916.173	2.961.725	25.791
Em 31 de dezembro de 2008	8.218.309	20.179.480	28.397.789	155.242
Aquisição de ações		99.995	99.995	2.342
Em 30 junho de 2009	8.218.309	20.279.475	28.497.784	157.584
Aquisição de ações		15.000	15.000	84
Em 30 setembro de 2009	8.218.309	20.294.475	28.512.784	157.668
Custo médio de aquisição em 30 de setembro de 2009 por ação	5,43	5,57		

Valor de mercado
em 30 de setembro de 2009
por ação

9,71

11,96

(d) Reserva para novos empreendimentos

A reserva para novos empreendimentos é constituída com base em orçamentos de capital, submetidos a aprovação dos acionistas em assembléia geral, e destina-se a planos de investimentos futuros da Companhia.

(e) Dividendos e juros sobre capital próprio

Em 13 de abril de 2009, foi realizado o pagamento do valor de R\$ 12.500 a títulos de dividendos e R\$ 15.215 na forma de juros sobre capital próprio, já líquidos de imposto de renda retido na fonte – IRRF à alíquota de 15% sobre o valor bruto de R\$17.900 conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de março de 2009.

20 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

(I) Plano de Subscrição de Ações da Controladora (Lojas Americanas S.A.)

A Companhia oferece aos seus executivos Plano de subscrição de ações com as seguintes características:

- executivos tem a opção por 60 meses de subscrever ações da Companhia a um preço que normalmente corresponde a 90% da média do preço médio das ações na Bovespa no mês da aprovação do Plano, sendo este preço de subscrição atualizado pela variação do IGP-M;

- os executivos podem subscrever ações usando 2 formas: (a) pagamento a vista (recursos próprios ou recursos oriundos da Participação nos lucros) ou (b) pagamento a prazo sendo este financiado pela Companhia (10% à vista e o restante, 90%, atualizados pelo IGP-M e Juros de 6% a.a.);

- subscritores têm a livre disponibilidade da parcela dos dividendos em dinheiro oriundos das ações subscritas que corresponder ao dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado em cada exercício. Excedente do dividendo mínimo de 25% poderá, caso determinado pelo Comitê, compensar automaticamente a dívida existente pela aquisição de ações a prazo ou ser aplicado em novas subscrições de ações.

- os executivos só poderão alienar suas ações, salvo decisão contrária do Comitê, quando estas tiverem sido totalmente integralizadas e forem observadas condições definidas no Plano tais como cessão de relação de trabalho. A Companhia possui preferência na recompra de ações uma vez cessada a relação de trabalho.

Em reuniões do Comitê de Administração do Plano de Subscrição de Ações realizadas em 02 de abril de 2007 e 13 de setembro de 2005, foram aprovados os Planos de subscrição de ações 2007 e 2005, no qual foram aprovados as subscrições de 3.189.810 ações PN e 10.362.690 ações PN, respectivamente, a serem exercidas até abril de 2012 (a partir de 2008) e a serem exercidas até abril de 2010 (a partir de 2006). A movimentação dos Planos já considera o grupamento deliberado na AGE de 27 de julho de 2007.

Apresentamos abaixo demonstrativo dos Planos 2007 e 2005 que encontravam-se em aberto em 30 de setembro de 2009 oferecidos aos principais executivos da Companhia:

	<u>Plano 2007</u>	<u>Plano 2005</u>
NA DATA DA OUTORGA:		
. Valor de subscrição da ação	10,97	3,86
. Valor de mercado da ação	12,93	4,32
. Valor do benefício	1,96	0,46
Número de ações estimadas pela Companhia a serem subscritas e mantidas pós período de “vesting”		
	286.581(*)	7.825.868
Data de outorga	02/04/2007	13/09/2005
Período de “vesting”	5 anos	5 anos

(*) Quantidade após rerratificação do Plano de Subscrição de Ação 2007, aprovado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de Abril de 2009.

Os valores destes benefícios concedidos aos executivos referentes aos Planos de Subscrições de Ações 2007 e 2005 foram estimados, considerando os valores de mercado das ações da Companhia nas datas das outorgas de cada um dos Planos e os respectivos valores de subscrição da ação definido nos respectivos planos outorgados. Conforme especialistas contratados pela Companhia, os modelos de precificação Black Sholes e Binomial usualmente utilizados na mensuração de Planos de Opção não são aplicáveis ao Plano da Controladora. Nestes Planos, os benefícios foram mensurados pelo “valor intrínseco”.

Os custos de remuneração dos executivos provenientes dos Planos 2007 e 2005 para o período findo em 30 de setembro de 2009 foram de R\$ 732 registrados como despesas operacionais na Controladora (R\$ 970, em 30 de setembro de 2008 registrados como despesas operacionais na Controladora). Os custos de remuneração dos Programas de 2007 e 2005 a serem reconhecidos pela Controladora pelo “vesting period” dos Planos (2009 a 2012) considerando as premissas usadas totalizam R\$ 3.069.

Com base na composição acionária do capital social em 30 de setembro de 2009, o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente serão submetidos os atuais acionistas caso sejam subscritas e mantidas pós período de “vesting” todas as ações dos Planos 2007 e 2005 é inferior a 2%.

Conforme características dos Planos, parte das subscrições de ações efetuadas pelos executivos (beneficiários) são financiadas pela Companhia. O saldo financiado em 30 de setembro de 2009 a estes executivos, registrado no Ativo não circulante (contas a receber de acionistas – Plano de Subscrição de Ações), monta a R\$ 50.657 (R\$ 50.196 em 30 de junho de 2009), sendo o mesmo atualizado monetariamente pelo IGP-M com incidência de juros de 6% a.a.. As respectivas ações subscritas e o patrimônio dos executivos são a garantia dos respectivos financiamentos.

(II) - Plano de opção de compra de ações 2009

Em 24 de julho de 2009, através do Comitê de Administração do Plano de Opção de Compra de Ações, foi aprovado o plano 2009 da Companhia com subscrição de 4.767.580 ações. Todavia, nenhum contrato foi assinado até 30 de setembro de 2009, razão pela qual não efetuamos registro desta operação para o período findo nesta data.

(III) Plano de Opção de Ações de Controlada (B2W – Companhia Global do Varejo.)

A controlada B2W – Companhia Global do Varejo aprovou, na AGE de 13 de dezembro de 2006, Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano”), na forma do § 3º do art. 168 da Lei no. 6.404/76, destinado aos seus

Administradores e empregados. A AGE de 31 de março de 2007 que deliberou sobre a incorporação da B2W – Companhia Global do Varejo na TV Sky Shop S.A. ratificou a manutenção do Plano aprovado em dezembro de 2006, como mencionado. As opções são limitadas a 3% do total do capital social.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração ou por um Comitê por ele designado. O programa de opção de compra de ações foi aprovado com volume global de 1.099.868 ações ordinárias, com prazo limite de exercício de seis anos a contar da data da assinatura do contrato de opção assinado entre a controlada e o beneficiário. O preço de exercício foi fixado em R\$45,46 (valor histórico) por opção, correspondente ao valor médio ponderado de fechamento das ações da Submarino S.A. (empresa fusionada com a Americanas.com) nos últimos 22 pregões da BOVESPA anteriores a 23 de novembro de 2006 (data de assinatura do protocolo de fusão), sendo o efeito refletido no capital social da controlada, pelo respectivo preço. O preço de exercício das opções ainda não exercidas será acrescido de correção monetária com base na variação do IGP-M e de juros de 6% ao ano, deduzidos dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação pagos pela controlada a partir da data da aprovação do “Plano”.

As ações exercidas poderão ser livremente alienadas por seus beneficiários quando estas tiverem sido totalmente integralizadas e forem observadas as condições definidas no Plano, tais como cessão de relação de trabalho. A controlada possui preferência na opção de recompra das ações uma vez cessada a relação de trabalho.

O valor justo do “Plano” foi estimado com base no modelo de valorização de opções *Black & Scholes*, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

Taxa livre de risco	9,79%
Duração do “Plano” em anos	6
Volatilidade anualizada esperada	45,3%
<i>Dividend yield</i>	1,44%
Valor justo da opção na data de outorga (por ação)	19,43
Valor de mercado na data da outorga (por ação)	58,37

Conforme descrito acima, o “Plano” previa um volume global de 1.099.868 ações ordinárias, com prazo limite de exercício de seis anos a contar da data da assinatura do contrato de opção assinado entre a controlada e o beneficiário. Foram canceladas em face de desligamentos e saídas de executivos 549.934 opções que não foram precificadas para fins do custo de remuneração provenientes do “Plano”.

Da data de aprovação do Programa de Opção de Compra de ações até 30 de setembro de 2009 foram exercidas:

<u>Período do</u> <u>exercício de</u> <u>opção</u>	<u>Quantidade</u> <u>de ações</u>	<u>Montante total</u> <u>em Reais</u>	<u>Custo médio</u>	<u>Valor médio de</u> <u>mercado na data</u> <u>do exercício das</u> <u>opções</u>
2007	69.952	3.180	45,46	78,10
2008	141.403	6.799	48,08	56,97

Os custos de remuneração provenientes do “Plano” para o período findo em 30 de setembro de 2009 foram de R\$ 1.337 (R\$ 864 referente ao período findo em 30 de junho de 2009 – alteração de prática contábil CPC 13 na controlada B2W) tendo como contrapartida o registro no patrimônio líquido em reserva de capital – reserva de opções outorgadas reconhecidas. O custo de remuneração corresponde ao valor justo do “Plano”, calculado na data da outorga, registrado durante o período de prestação de serviços que se inicia na data da outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

Os custos de remuneração do “Plano” a serem reconhecidos pela controlada pelo prazo remanescente (período de prestação de serviços a ocorrer) com base nas premissas utilizadas totalizam aproximadamente R\$ 5.290.

Com base na composição acionária do capital social em 30 de setembro de 2009, o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente serão submetidos os atuais acionistas da controlada B2W em caso de exercício de todas as opções outorgadas é inferior a 1%.

21 INSTRUMENTOS FINANCEIROS - (Reapresentada)

(a) Considerações gerais

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e variações cambiais, bem como risco de crédito em suas vendas a prazo. A Companhia e controladas utilizam instrumentos de proteção para minimizar sua exposição a esses riscos, com base em seu monitoramento sob gestão de seus diretores supervisionada pelo Conselho de Administração. Essa gestão determina quais são as estratégias a serem adotadas e a Administração contrata instrumentos de proteção adequados a cada circunstância e riscos inerentes.

A Companhia e suas controladas não possuem contratos a termo, opções, swaptions, swaps com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e “derivativos exóticos”. A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de disponibilidades.

(b) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado (“valor justo”) estimados em 30 de setembro de 2009 e 30 de junho de 2009 pela Administração foram determinados utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologia usual de apuração: avaliação do valor nominal até a data do vencimento e descontado a valor presente às taxas de mercado futuro, publicados nos boletins da Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F. Estas estimativas do valor justo apresentadas não são necessariamente indicativos de valores que a Companhia e suas controladas poderiam realizar no mercado. A utilização de diferentes hipóteses ou metodologias de avaliação pode divergir dos montantes estimados de valor justo ora apresentados tendo em vista a necessidade de parcela considerável de julgamento na interpretação das informações de mercado.

Os valores dos principais instrumentos financeiros que refletiriam possível diferença entre o valor contábil e o valor justo são como se segue:

Em 30 de setembro de 2009:

	<u>Base do Registro</u> <u>Contábil –</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>		
		<u>CPC 14</u>	<u>Custo</u>	<u>Valor Justo</u>	<u>Custo</u>	<u>Valor Justo</u>
			<u>amortizado</u>		<u>amortizado</u>	
Ativo						
Títulos e valores mobiliários	Valor Justo (i)	709.283	709.500	1.370.085	1.371.039	
Passivo						
Debêntures	Custo amortizado	380.193	327.013	751.478	636.735	
Empréstimos e financiamentos:						
Moeda nacional	Custo amortizado	1.354.566	1.182.630	1.995.006	1.777.744	
Moeda estrangeira	Contabilidade de hedge (ii)	485.981	571.772	902.105	1.017.622	
Swaps tradicionais	Valor justo	25.682		(2.520)		

			(60.108)		(61.632)
--	--	--	----------	--	----------

Em 30 de junho de 2009:

	<u>Base do Registro Contábil – CPC 14</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>Custo amortizado</u>	<u>Valor Justo</u>	<u>Custo amortizado</u>	<u>Valor Justo</u>
		Ativo			
Títulos e valores mobiliários	Valor Justo (i)	537.808	538.017	1.331.363	1.331.032
Passivo					
Debêntures	Custo amortizado	378.441	320.358	762.614	635.992
Empréstimos e financiamentos:					
Moeda nacional	Custo amortizado	1.243.448	1.123.227	1.903.486	1.765.966
Moeda estrangeira	Contabilidade de hedge (ii)	424.452	453.479	1.028.346	1.096.656
Swaps tradicionais	Valor justo	14.023	(15.003)	9.031	(59.279)

(i) Valor justo: registrado como ajuste de avaliação patrimonial (exceto para o descrito na nota 3(d) (i))

(ii) Na aplicação das regras da contabilidade de hedge (“hedge accounting”) as dívidas são ajustadas pelos efeitos do valor justo dos riscos cobertos.

(c) Risco de crédito

Os riscos de crédito são minimizados em virtude dos recebíveis da Companhia e suas controladas serem essencialmente junto às principais operadoras de cartão de crédito que possuem excelentes níveis de classificação de risco. Aproximadamente 54% (39% - Consolidado) das vendas da Companhia são realizadas à vista e o restante através de cartões de crédito administrados por terceiros e pela controlada em conjunto FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento. A Companhia e suas controladas mantêm provisões para crédito de liquidação duvidosa em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir possíveis perdas em seus recebíveis.

(d) Risco de taxa de juros

A Companhia e controladas utilizam de recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e o seu crescimento. Para complementar sua necessidade de caixa para crescimento e operações, a Companhia e controladas obtêm empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras do País, substancialmente indexados a variação do CDI. O risco inerente surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes no CDI (vide quadro de análise de sensibilidade abaixo). A política de aplicações financeiras indexadas em CDI mitiga parcialmente este efeito.

(e) Risco de taxa de câmbio

Esses riscos são provenientes das oscilações das taxas de câmbio sobre a carteira de empréstimos em moeda estrangeira. A Companhia utiliza-se de derivativos tais como swaps tradicionais e contratos futuros de dólar com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas da

Moeda Real (R\$) perante estas captações de recursos em moedas estrangeiras (nas controladas apenas swaps tradicionais).

Em 30 de setembro de 2009, a posição destes instrumentos financeiros derivativos era a seguinte:

- Swaps tradicionais (registrados na conta de empréstimos e financiamentos):

A contraparte destes swaps tradicionais é a instituição financeira provedora dos empréstimos em moeda estrangeira (dólares americanos ou ienes), geralmente consoante a Resolução nº 2770 do Banco Central do Brasil (BACEN). Estas operações de swap referenciados em CDI visam anular o risco cambial, transformando o custo da dívida (vide condições na nota explicativa de empréstimos e financiamentos – nota 13) para moeda e taxa de juros locais, variando de 100,0% a 140,0% do CDI (CDI – EXTRAGRUPPO que equivale a Taxa Média das Captações no Mercado Interfinanceiro, divulgada diariamente pela Central de Liquidação e Custódia de Títulos Privados – CETIP). Estes contratos montam em 30 de setembro de 2009 um valor de referência de R\$ 478.638 na controladora (R\$ 871.036 no consolidado). Em 30 de junho de 2009, R\$ 323.870 na controladora (R\$ 889.268 no consolidado). Estas operações estão casadas em termos de valor, prazos e taxas de juros. A Companhia e controladas tem a intenção de liquidar tais contratos sempre simultaneamente com os respectivos empréstimos itens objeto de *hedge*. Neste tipo de operação não existem cláusulas contratuais de chamada de margem.

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>30/09/2009</u>	<u>30/09/2008</u>	<u>30/09/2009</u>	<u>30/09/2008</u>
	Custo amortizado	479.733	859.224	895.857	1.765.063
<u>Objeto do hedge</u> <u>(dívida)</u>	Ajustada pelo valor justo dos riscos cobertos	<u>565.524</u>	<u>845.144</u>	<u>1.011.374</u>	<u>1.768.831</u>
		85.791	(14.080)	115.517	3.768
<u>Swaps</u>					
<u>Posição ativa</u> (Dólar ou Iene + Pré)	Custo amortizado	(479.733)	(859.224)	(895.857)	(1.765.063)
	Valor justo	<u>(496.785)</u>	<u>(842.791)</u>	<u>(916.174)</u>	<u>(1.763.762)</u>
		(17.052)	16.433	(20.317)	1.301
<u>Posição passiva</u> (% CDI)	Custo amortizado	505.415	882.285	949.741	1.744.660
	Valor justo	<u>436.676</u>	<u>879.932</u>	<u>854.541</u>	<u>1.739.591</u>
		(68.739)	(2.353)	(95.200)	(5.069)
Efeito líquido positivo (negativo)		<u>(85.791)</u>	<u>14.080</u>	<u>(115.517)</u>	<u>(3.768)</u>

Ganhos e perdas realizados e não realizados, sobre esses contratos até 30 de setembro de 2009 foram registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a receber no valor justo de R\$ 60.108 está registrado na rubrica “empréstimos e financiamentos” (R\$ 61.632 no consolidado).

As faixas de vencimentos dos contratos de swaps em 30 de setembro de 2009 encontram-se a seguir:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	Montante Total	Saldo	Montante Total	Saldo
2009	23.311	(2.820)	249.364	19.449
2010	81.430	(9.853)	104.072	(11.629)
2011	71.573	(8.660)	142.733	(7.246)
2012	-	-	39.968	(11.956)
2013	320.471	(38.775)	380.037	(50.250)
Total	496.785	(60.108)	916.174	(61.632)

O efeito do valor justo do “hedge accounting” em 01 de janeiro de 2008 não foi registrado contabilmente contra o Patrimônio Líquido (CPC 13) em face da não relevância do montante envolvido.

- Contratos futuro de Dólar:

A Companhia (apenas a Controladora) utiliza para parte da dívida em moeda estrangeira contratos futuros de dólar como instrumento de hedge para eventuais oscilações de câmbio. Estes contratos são negociados na BM&FBOVESPA (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) e tem o mesmo propósito de proteção das operações de swap descritas acima.

Em 30 de setembro de 2009 a sua posição era a seguinte:

Quantidade de contratos	Valor unitário	Vencimento	Dólar de ajuste		Valor Contratado	Valor Mercado
			Mínimo	Máximo		
5	US\$ 50	03/11/2009	1,7915	1,7915	450	445

Em 30 de setembro de 2008:

Quantidade de contratos	Valor unitário	Vencimento	Dólar de ajuste		Valor Contratado	Valor Mercado
			Mínimo	Máximo		
1.340	US\$ 50	03/11/2008	1,9130	1,9760	128.258	128.301

Os contratos abertos em 30 de setembro de 2009 com vencimento em 03 de novembro de 2009 foram negociados diretamente na BM&F/BOVESPA sendo apurado uma perda de R\$ 14 neste vencimento (ganho de R\$ 11.345 no vencimento de 03 de novembro de 2008 dos contratos abertos em 30 de setembro de 2008), compensado com o efeito da valorização cambial sobre as dívidas em moeda estrangeira. Até 30 de setembro de 2009 foi apurada uma perda de R\$ 25.623 (até 30 de setembro de 2008 um ganho de R\$ 5.627). Na data de vencimento destes contratos, a Companhia geralmente negocia para próximo vencimento a quantidade de contratos futuros necessária, de forma a manter a proteção da totalidade de sua dívida em moeda estrangeira. Em 30 de setembro de 2009 a margem requerida para esta operação era de R\$ 16.000, garantida através de aplicações financeiras não restritas em CDB's (R\$ 13.300 em 30 de setembro de 2008).

Considerando que a exposição da Companhia ao risco de oscilações nas taxas de câmbio é mitigada pelas operações de swaps tradicionais e contratos futuros de dólar, contratados para proteção cambial, e, portanto, simultaneamente com os respectivos empréstimos em moeda estrangeira, a recente valorização do Real em decorrência da atual condição de mercado não produziu ou produzirá efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. No caso de uma possível desvalorização do Real, os efeitos seriam similares, ou seja, não relevantes (vide quadro de análise de sensibilidade abaixo).

O resultado com essas operações de proteção gerou uma perda (variação entre as taxas de câmbio e variação das taxas do CDI) até 30 de setembro de 2009 no montante de R\$ 169.341 (ganho de R\$ 19.871 até 30 de setembro de 2008) na controladora e R\$ 442.503 (ganho de R\$ 73.036 até 30 de setembro de 2008) no consolidado, registrado contabilmente no resultado financeiro. A variação cambial sobre os empréstimos indexados em moeda estrangeira (sob proteção destes derivativos) contabilizada a crédito de despesa financeira até 30 de setembro de 2009 foi de R\$ 157.063 (R\$ 89.187 contabilizada a débito de

despesa financeira até 30 de setembro de 2008) na controladora e R\$ 353.058 (R\$ 184.405 contabilizada a débito de despesa financeira até 30 de setembro de 2008) no consolidado, registrado contabilmente como despesa financeira.

(f) Análise de sensibilidade das operações de *swaps*

As operações de *swaps* registradas pela Companhia e controladas foram contratadas simultaneamente às operações de empréstimo em moeda estrangeira, contemplando prazos, taxas e valores equivalentes, trocando exposição cambial dos empréstimos pela exposição ao CDI.

Em 30 de setembro de 2009, a dívida bruta da Companhia (controladora) em moeda estrangeira era de R\$ 571.772, sendo R\$ 467.058 em Dólares Norte-Americanos e R\$ 104.714 em Iene. No consolidado a dívida bruta era de R\$ 1.017.622, sendo R\$ 912.908 em Dólares Norte-Americanos e R\$ 104.714 em Iene.

A expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data base em 23 de outubro de 2009, indicavam uma taxa de câmbio para o final do exercício de 2009 (cenário provável) de 1,7000 R\$/US\$ e 0,018941 R\$/Iene, ante uma taxa de 1,7781 R\$/US\$ e 0,019811 R\$/Iene verificada em 30 de setembro de 2009.

Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50% respectivamente, acima da expectativa provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Visão Controladora

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Dólar				
Taxa câmbio em 30/09/2009		1,7781	1,7781	1,7781
Taxa câmbio estimada para 31/12/2009		1,7000	2,1250	2,5500
Empréstimos em moeda estrangeira	(variação US\$)	(20.515)	91.121	202.757
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	(variação US\$)	20.515	(91.121)	(202.757)
	Efeito Líquido	Nulo	Nulo	Nulo
Iene				
Taxa câmbio em 30/09/2009		0,019811	0,019811	0,019811
Taxa câmbio estimada para 31/12/2009		0,018941	0,023676	0,028411
Empréstimos em moeda estrangeira	(variação Iene)	(4.599)	20.429	45.458
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	(variação Iene)	4.599	(20.429)	(45.458)
	Efeito Líquido	Nulo	Nulo	Nulo

Visão Consolidado

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Dólar				
Taxa câmbio em 30/09/2009		1,7781	1,7781	1,7781
Taxa câmbio estimada para 31/12/2009		1,7000	2,1250	2,5500
Empréstimos em moeda estrangeira	(variação US\$)	(40.098)	178.105	396.307
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	(variação US\$)	40.098	(178.105)	(396.307)
	Efeito Líquido	Nulo	Nulo	Nulo
Iene				
Taxa câmbio em 30/09/2009		0,019811	0,019811	0,019811
Taxa câmbio estimada para 31/12/2009		0,018941	0,023676	0,028411
Empréstimos em moeda estrangeira	(variação Iene)	(4.599)	20.429	45.458
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	(variação Iene)	4.599	(20.429)	(45.458)
	Efeito Líquido	Nulo	Nulo	Nulo

Tendo em vista os contratos futuros de dólar em aberto em 30 de setembro de 2009 terem vencimento de curto prazo e já terem sido liquidados (03 de novembro de 2009) e o resultado ter sido divulgado na letra (e) não foi efetuada análise de sensibilidade para estes contratos futuros.

(g) Análise de sensibilidade da variação da taxa do CDI

A Companhia e controladas mantêm a totalidade da sua dívida e das suas disponibilidades indexadas à variação do CDI (considerando a troca das dívidas em moeda estrangeira por variação do CDI com os swaps tradicionais). Em 30 de setembro de 2009, a Companhia (controladora) apresentava uma dívida líquida de R\$ 1.482.860, representada pelo valor dos empréstimos, financiamentos e debêntures, líquido de caixa e títulos/valores mobiliários (no consolidado a dívida líquida era de R\$ 2.264.985).

A expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data base em 23 de outubro de 2009, indicavam uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 9,68%, cenário provável para o exercício de 2009, ante a taxa efetiva de 12,37% verificada para o exercício de 2008.

A Companhia efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração da taxa do CDI em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Visão Controladora

Operação	Cenário Provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 2008	12,37%	12,37%	12,37%
Dívida Líquida	1.482.860	1.482.860	1.482.860
Taxa anual estimada do CDI em 2009	9,68%	12,10%	14,52%
Efeito anual na dívida líquida:			
Redução	39.889	4.004	-
Aumento	-	-	31.881

Visão Consolidada

Operação	Cenário Provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 2008	12,37%	12,37%	12,37%
Dívida Líquida	2.264.985	2.264.985	2.264.985
Taxa anual estimada do CDI em 2009	9,68%	12,10%	14,52%
Efeito anual na dívida líquida:			
Redução	60.928	6.115	-
Aumento	-	-	48.697

22 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas possuem cobertura de seguros para os bens do estoque e do ativo imobilizado, bem como para roubos e furtos de numerário. Em 30 de setembro de 2009, as coberturas da Companhia são assim demonstradas:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura - R\$
Estoques e imobilizado	Incêndios e riscos diversos	2.812.315
Estoques e imobilizado	Lucro cessante	283.279
	Responsabilidade civil	Até 20.000
Numerários	Roubos	700
Mercadorias	Roubos	3.025

23 CONTRATOS DE LOCAÇÃO

a) Contratos de locação - Controladora

A Companhia possui 483 (482 em 30 de junho de 2009) contratos de locação para suas unidades comerciais, de logística e administrativa. Em atendimento à Deliberação CVM nº 554/08, a Companhia analisou em 31 de dezembro de 2008, os referidos contratos e concluiu que estes se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os contratos de locação das unidades comerciais (lojas), em sua maioria, prevêem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo, sendo a obrigação mensal da Companhia, pagar o maior entre ambos, com apuração semestral ou anual. Os valores mínimos dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação. Os contratos de aluguel das áreas de logística e administrativa possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

No período findo em 30 de setembro de 2009, as despesas de aluguéis, condomínios e outras relacionadas totalizaram R\$ 138.546 (R\$ 119.788 em 30 de setembro de 2008) na controladora. Os compromissos futuro, oriundos destes contratos de locação, a valores de 30 de setembro 2009 são assim distribuídos:

	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014 em diante</u>
Aluguéis	49.239	206.803	217.143	228.000	239.400	239.400

b) Centros de Distribuição – Controlada B2W

A controlada B2W mantém um Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel Comercial e Outras Avenças com a Hulusa Comercial e Imóveis Ltda (empresa não relacionada). Através deste instrumento, a controlada B2W, na qualidade de locatária, e a Hulusa, na qualidade de locadora, executaram um estudo de implantação de um novo centro de distribuição - CD a ser utilizado pela controlada B2W no imóvel de propriedade da Hulusa. Este novo CD vem sendo usado pela controlada a partir de agosto de 2008 deste corrente ano mantendo ainda os CDs de Pirambóia e Osasco os quais se esperam que no futuro sejam consolidados para este novo CD pertencente a Hulusa.

O aluguel será atualizado mensalmente com base na média aritmética dos índices IGP-M e IPC (em 31 de dezembro de 2008 o valor do aluguel mensal era de R\$ 618). O prazo da locação é de 10 anos (120 meses), contados da data de celebração do referido instrumento de locação. Para garantia deste novo CD, a controlada B2W efetuou pagamentos no montante total de R\$ 10.000 que estão sendo compensados com os aluguéis vindouros, na razão de 50% do aluguel mensal. A Lojas Americanas S.A. é fiadora, devedora solidária, e principal pagadora das obrigações da controlada B2W sob o referido contrato.

A controlada B2W incorreu no período findo em 30 de setembro de 2009 em despesas de aluguéis e outras relacionadas aos CDs no montante de R\$ 16.422 (R\$ 9.816 em 30 de setembro de 2008).

Em atendimento à Deliberação CVM nº 554/08, a controlada B2W analisou os referidos contratos e concluiu que estes se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os compromissos futuros oriundos destes contratos de locação dos CDs em uso, a valores de 30 de setembro de 2009 são assim distribuídos:

	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014 em diante</u>
Aluguéis	3.993	15.470	15.002	15.002	15.002	15.002

24 REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2009, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia.

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2009 e de 2008, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$6.321 e R\$ 6.408, respectivamente (R\$ 10.653 e R\$ 11.418 no consolidado), remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes Assembléias de Acionistas.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados (exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na nota explicativa 20).

25 OUTRAS INFORMAÇÕES

A sede social da empresa está localizada na Rua Sacadura Cabral 102, Saúde, Rio de Janeiro- RJ, CEP 20.081-902.

As ações de Lojas Americanas S.A. são negociadas na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (LAME3 – ON e LAME4 – PN); sendo cotadas em 30 de setembro de 2009 por R\$ 9,71 ON e R\$ 11,96 PN (R\$ 7,90ON e R\$ 9,18 PN em 30 de junho de 2009).

As ações da B2W – Companhia Global do Varejo, controlada de Lojas Americanas S.A., são negociadas pela BOVESPA no segmento especial de listagem do Novo Mercado sob o código BTOW3, sendo cotadas em 30 de setembro de 2009 por R\$ 49,80 por ação (R\$ 37,11 por ação em 30 de junho de 2009).